

CONSELHO DIRETOR



Ata da 962^a

Sessão de 18/11/2014

1 962^a Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos dezoito dias do mês de
2 novembro de dois mil e quatorze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho
3 Universitário, na Sala do Conselho Universitário, no Prédio da Administração
4 Central, na Cidade Universitária “Armando de Salles Oliveira”, sob a
5 presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. Marco Antonio Zago e com o
6 comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Vahan Agopyan,
7 Adalberto Américo Fischmann, Adalberto Fazzio, Alexandre Nolasco de
8 Carvalho, Aluísio Augusto Cotrim Segurado, Amâncio Jorge Silva Nunes de
9 Oliveira, Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa, André Carlos Ponce de Leon
10 F. de Carvalho, André Roberto Martin, Antonio Carlos Hernandez, Carlos
11 Alberto Moreira dos Santos, Arlindo Philippi Junior, Belmira Amélia de Barros
12 Oliveira Bueno, Belmiro Mendes de Castro Filho, Benedito Honório Machado,
13 Bruno Sperb Rocha, Carlos Alberto Ferreira Martins, Carlos Eduardo Garisto de
14 Nicola, Carlos Gilberto Carlotti Júnior, Carlos Roberto Bueno Júnior, Phillipe
15 Pessoa de Santana, Clodoaldo Grotta Ragazzo, Rafael Ganzerli Auad, Dante
16 Pinheiro Martinelli, Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Douglas Emygdio
17 de Faria, Eduardo Henrique S. Monteiro, Marcio Mattos Borges de Oliveira,
18 Francisco Javier Hernandez Blazquez, Fabiana Marchetti, Fábio Frezatti,
19 Fernando Brenha Ribeiro, Elucir Gir, Fernando Luis Medina Mantelatto,
20 Fernando Salvador Moreno, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto,
21 Frederico Pereira Brandini, Gabriel Luis Scheffer Regensteiner, Geraldo
22 Roberto Martins da Costa, Germano Tremiliosi Filho, Gerson Aparecido Yukio
23 Tomanari, Gilberto Fernando Xavier, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes,
24 Guilherme Luis Desiderio, Hugo Ricardo Zschommler Sandim, Antonio Carlos
25 Marques, Jackson Cioni Bittencourt, Alfredo Goldman Vel Lejbman, João Bosco
26 Nunes Romeiro, João Cyro André, João Guilherme Machado Ribas, Joaquim
27 José de Camargo Engler, José Antonio Visintin, José Luiz Borges Andreoli,
28 José Renato de Campos Araújo, José Roberto Castilho Piqueira, José Rogério
29 Cruz e Tucci, José Tavares Correia de Lira, Júlio Cerca Serrão, Leonardo
30 Octavio Belinelli de Brito, Paolo Di Mascio, Luiz Silveira Menna Barreto,
31 Marcela Silva Carbone, Marcelo de Andrade Roméro, Marcelo Ricardo
32 Fernandes, Marcos Domingos Siqueira Tavares, Marcos Nogueira Martins,
33 Marcos Vinícius Folegatti, Margarida Maria Krohling Kunsch, Maria Amélia de
34 Campos Oliveira, Maria Aparecida de Andrade M. Machado, Maria Cristina

35 Motta de Toledo, Maria das Graças Bomfim de Carvalho, Maria Vitoria Lopes
36 Badra Bentley, Mariana Nunes de Moura Souza, Marisa Helena Gennari de
37 Medeiros, Paulo Nelson Filho, Oswaldo Baffa Filho, Paulo César Rodrigues
38 Conti, Paulo José do Amaral Sobral, Pedro Bohomoletz de Abreu Dallari, Pietro
39 Ciancaglini, Richard Charles Garratt, Rodney Garcia Rocha, Benedito Correa,
40 Sérgio França Adorno de Abreu, Lidia Aparecida Rossi, Silvio Roberto Farias
41 Vlach, Simone Rocha de Vasconcellos Hage, Sonia Maria Vanzella Castellar,
42 Suely Vilela, Terezinha de Jesus Andreoli Pinto, Tito José Bonagamba, Tuani
43 Guimarães de Ávila Augusto, Umberto Celli Junior, Valdecir de Assis Janasi,
44 Valdemar Mallet da Rocha Barros, Valmor Alberto Augusto Tricoli, Victor
45 Wünsch Filho, Waldyr Antônio Jorge e Miguel Trefaut Urbano Rodrigues.
46 Presente, também, o Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco, Secretário Geral.
47 Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus
48 respectivos suplentes, os Conselheiros: Antonio Marcos de Aguirra Massola,
49 Claudimar Amaro de Andrade Rodrigues, Daniel Barreto Junior, Eliezer Martins
50 Diniz, Enrico Lippi Ortolani, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Fátima Aparecida
51 Emm Faleiros Sousa, Ildo Luis Sauer, Jefferson Antonio Galves, Luiz Henrique
52 Catalani, Osvaldo Luiz Bezzon, Rui Curi, Silvana Martins Mishima e Welington
53 Braz Carvalho Delitti. Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros:
54 Antenor Cerello Júnior, Antonio Carlos Teixeira Álvares, Bernadette Dora
55 Gombossy de Melo Franco, Dulce Helena de Brito, Eduvaldo Paulo Sichieri,
56 Fábio de Salles Meirelles, Gabriela Soldera Ferro, José Arana Varela, José
57 Eduardo Krieger, José Otávio Costa Auler Júnior, José Vicente Caixeta Filho,
58 Laerte Sodré Júnior, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Neli Maria
59 Paschoarelli Wada, Raphael Gasparian Chinchilla, Roberto Gomes de Souza
60 Berlinck, Sergio Mikio Kobayashi e Sérgio Persival Baroncini Proença. **PARTE I**
61 **– EXPEDIENTE.** Havendo número legal de Conselheiros, o **M. Reitor** declara
62 aberta a Sessão, colocando em discussão e votação as atas das reuniões
63 realizadas em 20.05, 03.06, 26.08, 02.09 e 16.09.2014. **Cons.ª Fernanda Elias**
64 **Zaccarelli Salgueiro**: "Gostaria de fazer um comentário a respeito da ata da
65 reunião de 26.08. A ADUSP havia protocolado um recurso na Secretaria Geral,
66 onde pedia a revisão de uma decisão referente a essa ata. A ADUSP
67 conseguiu a quantidade necessária de assinaturas de membros deste
68 Conselho para recolocar em pauta, no prazo de trinta dias a ser contado a

69 partir da semana passada, quando ela conseguiu essa quantidade de
70 assinaturas, para rever uma parte do conteúdo dessa ata." **M. Reitor:**
71 "Pergunto se o conteúdo dessa ata, na visão deste Conselho Universitário, de
72 alguma forma, não traduz exatamente o que ocorreu durante a reunião. As
73 questões relativas ao mérito serão tratadas posteriormente, se houver mérito.
74 Agora estamos tratando estritamente da forma." **Cons.^a Fernanda Elias**
75 **Zaccarelli Salgueiro:** "Posteriormente, se esse conteúdo vier a ser votado, ele
76 poderá ser revisto?" **M. Reitor:** "Não. A não ser que haja alguma questão
77 formal sobre o conteúdo da ata. Se alguém quer fazer um recurso contra
78 alguma decisão do Conselho Universitário terá que demonstrar que essa
79 decisão foi tomada no Conselho Universitário e o que demonstra isso é a ata."
80 Não havendo mais manifestações, o **M. Reitor** coloca em votação as atas das
81 reuniões realizadas em 20.05, 03.06, 26.08, 02.09 e 16.09.2014, sendo as
82 mesmas aprovadas pelos presentes. Ato contínuo passa a palavra ao
83 Secretário Geral para apresentação dos novos membros. **Secretário Geral:**
84 "Apenas comunico a representante da Congregação do Instituto de Química, a
85 Prof.^a Dr.^a Marisa Helena Genari de Medeiros, com mandato iniciado em
86 26.08.2014." A seguir, o **M. Reitor** passa a fazer as seguintes comunicações:
87 **M. Reitor:** "Tenho apenas duas comunicações a fazer. Na primeira delas,
88 lembro a toda a Universidade e, particularmente, aos membros deste
89 Conselho, que já se iniciaram - e agora tomarão formato concreto - o novo ciclo
90 de avaliação da Universidade. Como sabem, a avaliação institucional é
91 conduzida pela Comissão Permanente de Avaliação, que é presidida pelo Vice-
92 Reitor, Prof. Dr. Vahan Agopyan. Como parte deste processo, o Professor
93 Vahan irá agendar uma série de visitas e reuniões para tratar das preliminares
94 para iniciar o processo de avaliação. Creio que é muito importante ressaltar,
95 em primeiro lugar, que a avaliação institucional representa um processo
96 essencial para a vida da Universidade. Não é possível se falar em gestão sem
97 falar em avaliação. Segundo aspecto importante, estamos falando de avaliação
98 institucional. Por favor, não confundam com a avaliação individual, com a
99 avaliação para a progressão de carreira, porque são dois mundos
100 completamente diversos. Como sabem, o Professor Ricardo Terra está
101 conduzindo um Grupo de Trabalho, que trata especificamente da questão da
102 revisão dos regimes de trabalho, da carreira docente, da progressão e da

103 avaliação docente. Estamos falando de avaliação institucional, que é essencial
104 para a nossa vida universitária e que certamente deverá incorporar vários
105 elementos de visão externa, como diferentes instâncias e setores da sociedade
106 veem o trabalho da Universidade de São Paulo. Finalmente, isso também não
107 deve ser confundido com a Comissão de Planejamento da Universidade de
108 São Paulo, que está inativa neste momento, que será reconstituída e que trata
109 do planejamento da Universidade. Como é saudável em todas as Instituições,
110 quem trata de avaliação não trata de planejamento e vice versa. Portanto, será
111 constituída uma Comissão de Planejamento para tratar do planejamento da
112 Universidade de São Paulo e que deve ser, de princípio, muito diversa da
113 Comissão Permanente de Avaliação. Esse era um tópico importante. O
114 Professor Vahan voltará a falar sobre isso numerosas vezes, provavelmente
115 quem sabe na última reunião, nos dar uma primeira ideia global a respeito do
116 processo de avaliação institucional. Finalmente, quero noticiar que continua se
117 desenvolvendo muito bem um ciclo de reuniões que estão sendo promovidas
118 nesta sala do Co, sendo todo o processo coordenado pelo Professor José
119 Goldemberg, ex-Reitor da Universidade e, neste caso específico, esse ciclo de
120 palestras, coordenado pelo Professor Moacyr Novaes, da Pró-reitoria de
121 Cultura e Extensão Universitária, trata exatamente das relações da
122 Universidade com a sociedade. Ontem, tivemos uma reunião muito produtiva,
123 em que tratamos da questão da inovação, sessão essa, conduzida pelos
124 Professores Glaucius Oliva, Presidente do CNPq, Glauco Arbix, Presidente da
125 FINEP e Hernan Chaimovich, hoje Assessor na FAPESP e Coordenador dos
126 Laboratórios dos CEPIDES, e por três uspianos que exercem atividades
127 importantes no planejamento de Ciência e Tecnologia do país, fora da USP. Na
128 próxima semana teremos a última reunião deste ciclo e será uma reunião da
129 qual participarão o Professor Fernando Henrique Cardoso, ex-Presidente da
130 República, o Professor Celso Lafer, ex-Chanceler no Brasil e o Professor
131 Henrique Moacyr Krieger, ex-Presidente da Academia Brasileira de Ciências, e
132 que neste ato estará substituindo o ex-Ministro Adib Jatene - que perdemos
133 nessa semana e publicamos uma nota lamentando a perda desse importante
134 uspiano." Ato contínuo passa-se à **Eleição de um docente do Co para**
135 **compor o Conselho Curador da FUSP, tendo em vista o término do**
136 **mandato do Prof. Dr. José Carlos Pereira. M. Reitor:** "Para que possam

137 pensar sobre essa indicação, listarei os membros do Conselho Curador da
138 FUSP, que é presidido por mim: Prof. Dr. Antonio Roque Dechen, Profa. Dr.^a
139 Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Prof. Dr. Geraldo Roberto Martins,
140 Prof. Dr. Gerson Aparecido Yokio Tomanari, Prof. Dr. José Eduardo Krieger,
141 Prof. Dr. José Roberto Drugowich de Felício e Prof.^a Dr.^a Maria Arminda do
142 Nascimento Arruda. Esta vaga é para ser preenchida pelo Conselho, entre um
143 de seus membros." **Cons. Valdemar Mallet da Rocha Barros**: "Indico o nome
144 da Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado, digníssima
145 Diretora da Faculdade de Odontologia de Bauru." Nesta oportunidade, a **Cons.^a**
146 **Mariana Nunes de Moura Souza** pergunta se existe representação de
147 estudantes e de funcionários nesse Conselho. O **M. Reitor** responde que não
148 há. A **Cons.^a Mariana Nunes de Moura Souza** pergunta se qualquer um poderá
149 ser indicado a esta vaga ou apenas docentes. O Senhor **Secretário Geral**
150 responde que pelo Estatuto da FUSP, o Conselho Curador é composto de nove
151 membros. O Reitor, que é o Presidente, cinco membros indicados pelo Reitor e
152 três membros indicados pelo Conselho Universitário, sendo que dois desses
153 três têm que ser membros do Conselho. Explica que a vaga era do Prof. Dr.
154 José Carlos Pereira, indicado pelo Co, mas este saiu do Conselho; a Prof.^a Dr.^a
155 Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, indicada pelo Co, continua; e o Prof.
156 Dr. Antonio Roque Dechen, indicado pelo Conselho, mas não é membro,
157 também continua. A **Cons.^a Mariana Nunes de Moura Souza** pergunta se esses
158 três membros indicados pelo Co não precisam, necessariamente, ser docentes.
159 O Senhor **Secretário Geral** responde que sim, precisam ser docentes. Dois
160 membros docentes do Conselho e um docente da Universidade. Ato seguinte,
161 a Secretaria Geral passa à distribuição das cédulas para a eleição. **Apurados**
162 **os votos, é eleita a Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida de Andrade Moreira Machado,**
163 **com 76 (setenta e seis) votos.** **M. Reitor**: "Não teremos palavra dos Pró-
164 reitores, mas tendo em vista o interesse do assunto para todo o Conselho
165 Universitário, pedirei ao Prof. Hernandes, Pró-reitor de Graduação, que faça
166 uma breve atualização a respeito da questão da FUVEST." **Cons. Antonio**
167 **Carlos Hernandes: (Apresentação)** "Quero aproveitar e fazer dois convites.
168 Dia vinte e seis de novembro, das oito às dezessete horas, teremos o III
169 Simpósio Temático da Pró-Reitoria de Graduação, que é 'A Docência na USP:
170 Desafios e Inovações', e gostaria de convidar a todos. Também, no dia vinte e

171 sete de novembro, teremos o 'Prêmio da Semana de Recepção dos Calouros
172 de 2014'. Atendendo a solicitação do Magnífico Reitor, temos a evolução do
173 número de inscritos, de 2008 a 2015. A Universidade de São Paulo tem 11.057
174 vagas sem treineiros, então o número que temos, que é de 126.978, são só as
175 vagas USP sem os treineiros. Se olharem desde 2008 até agora, o que temos
176 é a faixa de inscritos sem treineiros - está entre 120 e 140 mil. Passamos por
177 um pico no ano passado, que tem, de certo modo, um pouco de
178 correspondência com a linha vermelha, que é o número de inscritos nas vagas
179 USP dentro do Programa INCLUSP. Tivemos uma diminuição em relação ao
180 ano passado, mas, na média, ou seja, quando se olha para este histórico
181 estamos dentro do que sempre foi a quantidade de inscritos nas vagas
182 disponíveis para o nosso vestibular. De qualquer modo, temos sempre 11.057
183 vagas e mais de 100.000 alunos concorrendo a essas vagas. Na próxima tela
184 estão os cursos que possuem uma relação candidato/vaga acima de 25.
185 Temos a Arquitetura da FAU que era 31,43 e houve uma diminuição do número
186 total de inscritos, a relação candidato/vaga também é afetada, 25,54
187 candidatos por vaga. O mais alto é Medicina de São Paulo com 55,02, sendo
188 que era 58,57, e a Medicina de Ribeirão Preto, que era 62,91 foi para 50,51 e
189 os outros cursos, que são aqueles que têm uma relação candidato/vaga
190 bastante grande. Quero aproveitar o momento e dizer que duas ações foram
191 tomadas este ano com relação ao Programa de ida às escolas públicas, que é
192 o chamado 'Programa de Embaixadores', que foi este ano momentaneamente
193 suspenso e que retornará em 2015. Este ano fizemos o lançamento da
194 campanha '#você também pode' que irá percorrer ao longo desses anos de
195 gestão; o Programa Embaixadores está dentro e começa no próximo ano de
196 2015." A seguir, o **M. Reitor** passa a palavra os Senhores Conselheiros.

197 **Cons.^a Amanda Guerra de Moraes Rego Sousa**: "Sou Amanda Sousa e
198 cumpre-me, nesta oportunidade como representante das Entidades
199 Associadas, a saber: os Hospitais das Clínicas de São Paulo e de Ribeirão
200 Preto, Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia, Fundação Antonio Prudente,
201 IPEN, IPT, IMESC e Instituto Butantã e Diretora Geral do Instituto Dante
202 Pazzanese de Cardiologia, prestar homenagem póstuma ao Professor Adib
203 Domingos Jatene, Professor Emérito da Faculdade de Medicina da
204 Universidade de São Paulo. Ainda que a repercussão do seu falecimento e a

205 memória da extraordinária figura que ele foi tenham sido amplamente
206 divulgadas, gostaria de destacar e deixar aqui consignados alguns aspectos de
207 seu perfil difícil de traçar, pela pluralidade do homem que foi dono de inúmeros
208 talentos. Como médico e cirurgião cardiovascular, era dotado de extraordinária
209 habilidade, inovador, introdutor de várias técnicas cirúrgicas, trabalhou com
210 dedicação exclusiva durante vinte e cinco anos, de 1958 a 1983, no Instituto
211 Dante Pazzanese de Cardiologia, tendo inicialmente como mentor o Prof.
212 Eurycles de Jesus Zerbini, nosso primeiro Diretor da cirurgia cardiovascular.
213 Jatene realizou, então, em nossa Instituição a primeira ponte de safena no
214 Brasil, a cirurgia de correção anatômica da transposição das grandes artérias,
215 que foi a primeira no mundo e a correção geométrica do aneurisma do
216 ventrículo esquerdo, entre outras técnicas pioneiras. Foi ainda nosso terceiro
217 Diretor Geral, permanecendo na Casa até 1983, quando deixou o Dante
218 Pazzanese para assumir a Secretaria de Estado da Saúde. Como educador,
219 formou uma geração notável de cirurgiões cardiovasculares, constituindo uma
220 verdadeira escola médica. Muitos de seus discípulos têm posição de
221 importante liderança nos diferentes Estados brasileiros e em países da América
222 Latina. Dava destaque sempre como médico e educador ao proceder ético, à
223 busca pela capacitação e ao processo educativo contínuo. Ressalta-se sua luta
224 pelas escolas médicas de qualidade, que pudessem oferecer formação sólida e
225 confiável para o exercício médico seguro e eficiente. Como homem público, foi
226 ainda Ministro da Saúde, pautando o seu proceder em promover o acesso
227 universal a este importante bem social. É também conhecido pela luta
228 incessante em busca de recursos públicos que pudessem subvencionar
229 sustentadamente a saúde de nosso Estado e de nosso país. Buscou modelos
230 como o 'Médico de Família', que capitalizassem as ações de saúde até a
231 periferia de nossas cidades. Propôs soluções como o projeto Tele ECG,
232 Eletrocardiograma transmitido à distância que implementamos no Dante
233 Pazzanese a partir de 2009, tendo hoje mais de cento e cinquenta pontos
234 instalados em todo o Estado de São Paulo e cerca de duzentos mil
235 eletrocardiogramas laudados; parte desse projeto atende municípios com
236 menos de vinte mil habitantes e tem levado a boa cardiologia a locais que
237 sequer possuem um médico para o atendimento à população. Como homem,
238 destaco sua inteligência aguçada, sua enorme capacidade intelectual, seu

239 espírito inquieto, sempre à procura de inovações, e sua visão humanística da
240 vida e da profissão. Notável sua perfeita integridade, sua honestidade
241 intelectual, sua habilidade em solucionar problemas difíceis pela grande
242 capacidade de diálogo, argumentando e conciliando, seu despojamento em
243 favor dos que o cercavam e dos que dele necessitavam. Foi um líder autêntico,
244 com vivências ricas e cativantes. Diria, “em resumo, que perdemos um espírito
245 vivo, um sensor aguçado, um homem raro à perfeita altura de seu tempo.”
246 Palmas. Nesta oportunidade, o **M. Reitor** se manifesta dizendo que,
247 pessoalmente, associa-se a esta homenagem ao Prof. Adib Jatene e pergunta
248 se o Conselho também gostaria de se associar, ao que todos os presentes
249 concordam. **Cons. José Renato de Campos Araújo**: “Na oportunidade, pedi a
250 palavra, embora esta seja uma reunião ordinária, mas já que discutimos nas
251 últimas reuniões a questão de estrutura de poder e governança, sei que várias
252 das questões - até aquelas que irei falar aqui nesse momento - estão sendo
253 encaminhadas nesse fórum, mas acho que existem algumas questões na
254 Universidade de São Paulo nos dias de hoje, principalmente nos últimos dez
255 dias, que precisamos, de certa maneira, no Conselho Universitário, encarar de
256 frente. Primeiro, a questão da transparência. Acho que existe uma série de
257 questões que o Reitor vem fazendo, louvo muito, mas infelizmente existe uma
258 série de outras questões muito mais urgentes que poderiam ficar mais
259 transparentes, principalmente ao nosso Conselho Universitário. Digo
260 diretamente em relação à questão da divulgação dos salários pela internet e
261 pela imprensa no último final de semana. Foi uma pena ter acontecido dessa
262 maneira como aconteceu, sabemos que foi por via judicial, isto é, a Folha de
263 São Paulo, em setembro, ganhou o recurso que a Universidade de São Paulo
264 tinha feito junto ao Tribunal de Justiça e teve acesso à folha de pagamento de
265 setembro último. Foi uma pena a Universidade de São Paulo ter ficado tão
266 exposta como ficou nessas semanas, já que o funcionalismo do Estado de São
267 Paulo, há mais de ano, está com seus salários expostos na internet. Somos
268 funcionários públicos, servidores públicos, sei de toda a discussão da
269 autonomia universitária, mas se a Universidade de São Paulo - e aí não é culpa
270 do Reitor, isso aconteceu alguns anos atrás – tivesse entrado, naquele
271 momento, a discussão estaria em outro patamar. Então, acho que há algumas
272 medidas que nós, no Conselho Universitário, devemos encarar. Em alguns

273 momentos temos algumas questões de transparência, como as que estão
274 acontecendo e estamos sendo pautados pela justiça, acho isso complicado.
275 Darei um exemplo. Acho muito louvável que a última reunião tenha sido
276 gravada pelo IPTV e sei que há um impedimento regimental para que as
277 nossas sessões ordinárias sejam gravadas. Mas, por exemplo, eu quis dar
278 acesso aos meus representados da gravação da reunião da estrutura de poder
279 e governança e não está mais disponível no IPTV. Ficou disponível apenas
280 durante a transmissão. Durante a transmissão comuniquei aos meus
281 representados e eles até assistiram, mas quem quiser assistir posteriormente a
282 nossa reunião, não terá mais acesso. Isso não precisa esperar nenhuma
283 medida estatutária para se tomar uma medida de imediato. Outra sugestão que
284 faço, já que estamos na décima reunião do ano e é a oitava reunião em que
285 participo, estou fazendo um *blog* desde o início da minha representação para
286 levar as informações aos meus colegas doutores, impressionante o quanto
287 esse *blog* virou referência na Universidade de São Paulo, não por conta da
288 minha grande capacidade de blogueiro, mas sim por conta da falta de
289 informação que a Universidade tem sobre o Conselho Universitário. Recebi
290 telefonemas até de pessoas que não são doutores, não tem problema nenhum,
291 recebi telefonemas de titulares e associados me perguntando coisas, porque
292 eu era a única fonte de informação dessa Universidade, desse Conselho.
293 Quero deixar uma sugestão e acho que isso é relativamente fácil: que a USP
294 use a sua assessoria de imprensa para que faça um *press-release* e, após a
295 reunião, sejam divulgadas no *site* as principais decisões que aqui ocorreram,
296 para que todos tenham acesso, inclusive a imprensa. Não quero me estender
297 na minha fala, mas o último ponto, que não posso deixar de falar, é um apoio
298 que quero dar, como representante dos Professores Doutores, ao Programa
299 USP Diversidade da Universidade de São Paulo. Até porque o Co elegeu um
300 dos membros dessa Comissão, que é presidida por uma colega minha, a Prof.^a
301 Heloisa Buarque de Almeida, da FFLCH, comissão ligada à PRCEU e que nos
302 últimos dias fez uma nota referente aos episódios lamentáveis ocorridos na
303 Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, após a malfadada
304 audiência pública da última terça-feira na ALESP. Gostaria de pedir licença
305 para que essa nota integre a Ata da reunião de hoje. Peço desculpas se
306 extrapolei o meu tempo.” **M. Reitor:** "Farei dois comentários que acho que são

307 importantes. Os dois comentários são relativos à questão da transparência, a
308 respeito da qual todos são testemunhas de que esta gestão tem trabalhado no
309 sentido de equacionar tecnicamente e viabilizar a transferência de
310 conhecimento e de informações, que nem sempre é fácil, desde a primeira
311 reunião do Conselho Universitário, quando trouxemos as informações
312 relacionadas à situação financeira da Universidade. A questão específica da
313 informação a respeito dos salários fazia parte da divulgação do valor de
314 salários, fazia parte das medidas e planos que estamos procurando,
315 progressivamente, implementar e implantar. Havia questões técnicas também
316 aqui relativas a isso, de como fazer, de como disponibilizar, quais informações
317 disponibilizar e assim por diante. Isto estava planejado para ser feito e estava
318 sendo feito, quando tomei conhecimento do fato de que, em agosto do ano
319 passado, a Folha de São Paulo havia entrado com um pedido judicial para
320 obter essas informações. Isso lhe foi negado pela Universidade e eles
321 recorreram judicialmente e a decisão da justiça foi de que a USP deveria
322 divulgar os salários, e então houve um recurso e a decisão recente é de que,
323 novamente, a USP teria que divulgar os salários. Cabia ainda alguma forma de
324 recurso, mas foi nesse momento que eu tomei conhecimento da situação
325 jurídica e, em conjunto com os outros colegas da Direção da Universidade,
326 decidimos que não faríamos mais nenhuma forma de recurso, porque fazer
327 algum tipo de recurso neste momento, mesmo que nós estivéssemos sendo
328 atropelados pelo jornal, indicaria uma posição contrária desta gestão, contrária
329 à divulgação. Alguém poderia dizer: 'é contrária à divulgação neste formato,
330 neste momento'. Não importa, o sinal para a sociedade seria muito ruim. Era
331 obviamente necessário mostrar de imediato que não há restrição da
332 Universidade ao acesso a essa informação, como não há mais para nenhum
333 órgão público do Estado de São Paulo. As três Universidades eram as únicas
334 que mantinham esta informação sigilosa, portanto, decidimos fazer isto e assim
335 foi feito, foi necessário tratar desta questão diretamente com a Folha de São
336 Paulo e com o juiz que havia tomado a decisão, e entendemos que
337 imediatamente após essa divulgação pela Folha faríamos uma divulgação
338 ampla e abriríamos o portal. Pode ser que haja ainda algum defeito ou falha de
339 informação que terá que ser aperfeiçoado. Mas, de qualquer maneira essa é a
340 história da divulgação do valor dos salários de todos os servidores docentes e

341 não docentes. Segunda questão, a divulgação do que ocorre na reunião do
342 Conselho Universitário. Na última reunião, disse que submeteria aqui a simples
343 análise direta dos membros do Conselho para aprovarem ou não a
344 transmissão, no entanto, identificamos que o Regimento do Conselho não nos
345 permite fazer isto. Para fazer isto, será necessário mudarmos o Regimento do
346 Conselho Universitário e isso será submetido à vossa apreciação. Como
347 aquela era uma discussão do Estatuto, julguei ser adequado, mesmo correndo
348 algum risco, mas eram reuniões em que não haviam decisões, apenas
349 discussões e entendemos que podíamos fazer a transmissão direta. O que foi
350 transmitido foi também gravado e agora está se fazendo a edição para ficar à
351 disposição. Além do mais, devo informar que o *site* da Secretaria Geral
352 disponibiliza, em até 48 horas depois da reunião do Conselho, uma informação
353 sumária sobre quais foram os assuntos tratados e as decisões relativas a cada
354 um deles. Que isso precise de mais visibilidade, que o portal da USP precisa
355 ser refeito, todos estamos de acordo e fui informado, antes de entrar na
356 reunião, que as providências estão sendo tomadas. Portanto, agradecemos
357 todo *feedback* com relação a esta questão das informações, mas gostaria que
358 entendessem que não é muito simples fazer esse processo de transferência de
359 informações.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins**: “Quero agradecer a
360 observação do Prof. Renato e reforçar a fala do Magnífico Reitor, inclusive
361 informando que a Sra. Jurema Lúcia dos Santos, que apoia mais diretamente
362 as atividades da CAECO junto à Secretaria Geral, já havia me enviado um e-
363 *mail* na semana passada perguntando dessa disponibilização do vídeo e já
364 encaminhou a solicitação à área técnica, portanto é uma questão técnica e
365 iremos tentar trabalhar com a área técnica para que, doravante, isso seja mais
366 ágil, não apenas a última sessão, mas a sessão anterior também deve ser
367 disponibilizada. Inscrevi-me para fazer outro comentário, na verdade é uma
368 informação. Sabemos que todo este debate intenso e rico que temos vivido na
369 Universidade, seja sobre a questão de poder e governança, seja sobre a
370 questão dos recursos financeiros, seja agora sobre a necessária transparência
371 do que diz respeito aos salários, é parte de um debate mais amplo que se dá
372 no interior da Universidade e, também, fora dela, no qual me parece importante
373 não perder de vista a questão da caracterização precisa da autonomia
374 universitária, que é o aspecto mais estrutural e relevante. E, nesse sentido,

375 parece-me pertinente compartilhar com os colegas do Conselho Universitário -
376 e acho que deveria ser divulgado a toda comunidade universitária, àqueles que
377 eventualmente ainda não tem essa informação - de que tramita na Assembleia
378 Legislativa, desde o dia 28 de outubro de 2014, a proposta de Emenda nº 7 de
379 2014 à Constituição do Estado de São Paulo, que acrescenta um artigo a
380 Sessão I do Capítulo III do Título VIII da Constituição Estadual. A proposta é
381 bastante curta, diz que a mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São
382 Paulo, nos termos do parágrafo 3º, Artigo 22, da Constituição do Estado,
383 promulga a seguinte emenda ao texto constitucional: 'Artigo 1º - Insira-se o
384 seguinte Artigo 254-A à Sessão I do Capítulo III, do Título VIII da Constituição
385 Estadual: Artigo 254-A - Lei Complementar de Iniciativa do Poder Executivo
386 disporá sobre a fixação da remuneração dos membros de Reitorias, de
387 Diretores de Unidade e dos servidores docentes das Universidades públicas.
388 Artigo 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua
389 publicação.' A justificativa é relativamente curta, cabe no nosso tempo a sua
390 leitura: 'As Universidades Públicas em nosso Estado são autarquias de acordo
391 com seus respectivos diplomas legais de criação. Podem ser definidas,
392 portanto, como pessoas jurídicas de direito público pertencentes à
393 administração indireta com a tarefa de realizar uma atividade típica de Estado.
394 Apesar de sua autonomia didático-científica, administrativa, disciplinar, de
395 gestão financeira e patrimonial, assegurada pelas Constituições Federal e
396 Estadual e reafirmada em seus Estatutos, as Universidades são vinculadas à
397 administração direta. Não se pode confundir, portanto, autonomia com
398 desligamento total do Estado, ainda mais porque os recursos geridos pelas
399 Universidades são públicos e sua finalidade precípua também é pública. Nesse
400 sentido, julgamos necessária a complementação do texto constitucional
401 vigente, tornando obrigatório o envio para este Poder, o projeto específico
402 relativo à remuneração de pessoal da atividade-fim das Universidades
403 Públicas. Tal alteração proporcionará um acompanhamento maior dos recursos
404 públicos destinados a estas Instituições tornando mais visível à sociedade sua
405 concessão, através de debates e avaliações de cada proposta no Poder
406 Legislativo. Para tecer uma comparação, deve-se lembrar de que a autonomia
407 administrativa e financeira também foi concedida constitucionalmente ao Poder
408 Judiciário, mas isso não o desobriga de enviar projeto de lei para fixar sua

409 remuneração, como se depreende da leitura do Artigo 24, parágrafo 4º, Item I e
410 do Artigo 55, da Carta Estadual Paulista. A modificação ora sugerida não está
411 em contradição com o texto constitucional vigente, pois se encontra em
412 consonância com os Artigos 24, parágrafo 2º, Item I e 47, inciso II. Diante o
413 exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares para a aprovação dessa
414 propositura. Sala das Sessões, 28 de outubro de 2014.' Possui 36 assinaturas,
415 Pedro Tobias, Carlos Bezerra, Celso Giglio, Barros Munhoz, e, portanto, me
416 parece fundamental que a comunidade universitária tenha consciência de uma
417 questão absolutamente relevante para a nossa vida institucional, que já está
418 tramitando na Assembleia Legislativa.” **M. Reitor**: “Apenas uma informação.
419 Esse texto foi modificado, Professor Carlos Martins, pelo acréscimo dos
420 servidores não docentes também.” **Cons. Benedito Honório Machado**: “Minha
421 manifestação é na mesma direção do que já foi apresentado pela
422 representação dos Professores Doutores, e é nessa relação, nessa interface da
423 nossa Universidade com os meios de comunicação e, em particular, com a
424 empresa Folha da Manhã. Temos que, enquanto uma Universidade constituída
425 e de classe mundial, a responsabilidade de responder, à altura, aos ataques
426 sistemáticos do Conselho Editorial da Folha de São Paulo, expresso em
427 diferentes editoriais ao longo desse ano e nos anos anteriores, contra a
428 Universidade de São Paulo, no sentido de desconstruir e desqualificar um
429 patrimônio da comunidade do Estado de São Paulo. É lamentável que
430 tenhamos que nos pautar por uma empresa jornalística, respeitando toda a
431 liberdade de imprensa própria de um estado de direito e a legitimidade que
432 uma empresa jornalística tem em uma sociedade aberta. Acho que a
433 Universidade, no seu conjunto, nos diferentes segmentos, não tem respondido
434 à altura os ataques, especialmente da empresa Folha da Manhã. Nesse
435 sentido, entendo que o Conselho Universitário, juntamente com a Reitoria da
436 nossa Universidade, deve constituir um Grupo de Trabalho para interagir com
437 os meios de comunicação de uma maneira geral, no sentido de construir uma
438 agenda positiva, mostrando a qualidade e o desempenho dessa Universidade
439 no cenário mundial e deixar muito claro que não interessa ao Estado de São
440 Paulo e ao Brasil, como a Folha de São Paulo em um dos seus editoriais
441 destacou com muita clareza, que não precisamos de um escolão gratuito.
442 Definitivamente não. Mas, até neste sentido, a Universidade de São Paulo, por

443 meio do Conselho Universitário e da sua Reitoria, da sua Administração, pode
444 prestar um grande serviço a uma grande empresa jornalística, que é a Folha da
445 Manhã, no sentido de que ela não venha resvalar também na direção de um
446 jornalão, cujo desserviço, diferente da meta estampada no cabeçalho do jornal,
447 vem fazendo à Universidade de São Paulo, ao Estado de São Paulo e ao
448 Brasil. Nesse sentido, temos um papel educacional que entendo ser
449 extremamente importante e construtivo, para que tanto a imprensa quanto a
450 Universidade deste país sejam dignas desse nome.” **M. Reitor**: “Creio ser
451 importante lembrar que um jornalista, como pessoa física, juntamente com o
452 Grupo Folha, fez a solicitação com base em uma Lei em vigor no nosso país,
453 que é a Lei da Transparência, e ganharam duas vezes no julgamento
454 independente feito pelo Judiciário. Portanto, Conselheiro, dissocio-me da noção
455 de que há uma disputa entre a Universidade de São Paulo e as empresas do
456 grupo Folha, no que diz respeito à divulgação de informações de natureza
457 jornalística. Quanto às posições que o Jornal tem - e nós sabemos que todo
458 jornal que tem espinha dorsal tem uma linha editorial própria com a qual nós
459 não somos obrigados a concordar, mas a sociedade é feita de diversidade de
460 opiniões - eu prefiro os jornais e meios de imprensa que têm uma clara linha
461 editorial e que permite a cada cidadão que lê as manifestações que estão lá,
462 dar a elas o valor que elas merecem, pela sua qualidade e reconhecendo a que
463 aspecto e a que linha de pensamento eles se associam. Isto é comum em
464 todos os países democráticos, não é novidade no Brasil, portanto, reforço que
465 não existe, de forma nenhuma, em minha opinião, um enfrentamento de
466 qualquer natureza entre a Universidade de São Paulo e as empresas do Grupo
467 Folha.” **Cons. Benedito Honório Machado**: “Ainda que eu tenha me referido à
468 fala do representante dos Professores Doutores, em toda a minha fala, por
469 nenhum momento me referi à publicação das listas de salários, fato que
470 concordo que em um mundo desenvolvido e democrático deve ser de domínio
471 público. Não está em discussão isto. Mas, por outro lado, temos que atuar na
472 defesa da Universidade pública. E essa é uma obrigação do Magnífico Reitor,
473 de todos os docentes, de todos os estudantes e funcionários. Essa é uma
474 questão que temos que debater com o Conselho Editorial da Folha, que tem
475 outras motivações que são legítimas, mas que sejam tornadas públicas como
476 as nossas. Essa é a questão que o mundo democrático exige, que sejam

477 trazidos à tona as verdadeiras motivações de uma empresa como é a Folha da
478 Manhã; e a Universidade de São Paulo vai ao debate público de forma
479 absolutamente desarmada. Essa é a nossa função social para aqueles que
480 fazem o pagamento do ICMS e que nos mantêm. Temos que qualificar a
481 informação e não ser vítimas sistemáticas de um ataque, que considero, na
482 maioria das vezes - não me refiro à publicação das listas salariais no último
483 domingo - com má intensão. E isso precisa ser esclarecido, seja pelo próprio
484 meio de comunicação, em um debate - se eles abrirem o espaço -, ou por
485 qualquer outro meio de comunicação, com a sociedade. É isso que gostaria de
486 deixar claro.” **Cons. João Cyro André**: “A minha manifestação é no seguinte
487 sentido: a divulgação dos salários da USP, pela Folha de São Paulo, mostra
488 como é importante o estabelecimento de um teto salarial. Se olharmos
489 desapassionadamente as informações, elas nos trazem subsídios exatamente
490 para analisarmos a situação, até pelo momento de crise financeira que
491 passamos aqui. O salário do Governador, efetivamente, é um salário político e
492 não é adequado como teto, portanto, fazer essa associação de chamar
493 professores de marajás porque o salário supera o salário do governador,
494 parece-me que é uma afronta que vários professores tem sentido dentro desta
495 Universidade. Basta compararmos o teto dos salários dos professores federais
496 com os nossos para percebemos a discrepância, por isso há a necessidade
497 efetiva de um teto que é importante. A própria lista mostrou que ele é
498 importante. Acho que a Universidade de São Paulo deveria optar por um teto
499 que seja compatível com o de outras funções similares, seja o dos
500 magistrados, que seja as dos professores federais. O teto federal,
501 pessoalmente, parece-me um teto bastante adequado. É claro que a nossa
502 situação não é favorável para discutirmos a ampliação do teto, devemos
503 reconhecer isso, mas essa é uma questão que está ligada ao futuro da
504 Universidade e ao sonho de vários professores que trabalham aqui e que
505 projetaram sua vida acadêmica aqui dentro e querem ter a sua recompensa de
506 vida, adquirida pelo mérito, pelos diversos concursos em que são submetidos.
507 Então, essa situação atual exige uma atuação coletiva, pois não faz sentido
508 ações individuais, seja de caráter judicial, seja de caráter político. De um lado,
509 a ADUSP já começou a atuar neste sentido com uma ação coletiva jurídica e,
510 também, com uma ação política. É importante que a Reitoria da Universidade

511 de São Paulo assuma uma posição de luta jurídica coletiva, representando
512 aqueles docentes que querem se associar ao órgão maior da Universidade,
513 que assumam uma posição de protagonista nesta questão para discutir, dentro
514 do cenário de crise financeira que vivemos, mas que discuta essa questão
515 assumindo esse papel de liderança em uma ação coletiva que possa ter caráter
516 jurídico, político e que dê conhecimento à comunidade. Pode ser até que essa
517 ação esteja em andamento, mas ela não é do conhecimento da maior parte dos
518 docentes da Universidade. Essa questão é uma questão integrante da
519 recuperação da situação financeira, ela não pode ser considerada como
520 solução, obviamente, de uma diminuição de gastos para que possa resolver
521 essa crise financeira da USP. Dessa forma, o meu pedido é para que a Reitoria
522 da Universidade de São Paulo considere uma ação que represente
523 coletivamente a Universidade de São Paulo, tanto em uma ação política como
524 em uma ação jurídica, se for o caso.” **Cons. Marcos Nogueira Martins**: “Pedi
525 a palavra para comentar a apresentação do Pró-reitor de Graduação. Em sua
526 apresentação ele falou do filé mignon da Universidade. Preocupo-me com as
527 outras carreiras que têm uma relação candidato/vaga muito menor do que as
528 que ele apresentou. Em particular, na minha Unidade, o Instituto de Física, o
529 curso de Licenciatura tem tido cada vez menos interessados na carreira. Acho
530 que isso é uma condição que acontece, também, em outros cursos de
531 licenciaturas. Essa é uma situação preocupante, porque a importância da
532 formação de professores não pode ser diminuída e a porta de entrada, que é o
533 vestibular, deve reagir a essas mudanças de cenário que estamos vivendo,
534 com o ENEM, o PROUNI e outras portas que estão tirando os possíveis
535 interessados no nosso vestibular. Gostaria de ver uma discussão um pouco
536 mais aprofundada sobre a questão dos cursos que têm uma relação
537 candidato/vaga pequena e como vamos fazer para atacar esse problema,
538 porque acho que não é um problema trivial, ele extrapola a Universidade e
539 temos que pensar bastante sobre isso.” **M. Reitor**: “Essa é uma preocupação
540 atual da Pró-reitoria de Graduação que, como publicamente já disse e reforço,
541 está revendo a reformulação no sistema de ingresso na Universidade de São
542 Paulo para trazer a esse Conselho, no próximo ano, para decisão, depois das
543 adequadas discussões. Há uma questão adicional que está relacionada às
544 licenciaturas, do meu ponto de vista, que não se refere especificamente ao

545 sistema de ingresso, mas caberá discussão com relação a isso e, mais do que
546 isso, é fundamental considerar que a Universidade de São Paulo tem um
547 sistema de cursos e currículos absolutamente congelados no passado. Urge
548 estudar e reformular, naquilo que for possível, para nos adaptamos à
549 sociedade, porque a demanda para entrar em curso da Universidade de São
550 Paulo que lemos na lista que o Pró-reitor apresentou reflete a visão dos jovens
551 em relação ao seu futuro. Ninguém quer fazer um curso que não lhe dê
552 oportunidades futuras na sociedade, portanto, é assim que temos que ler, ao
553 invés de ficarmos procurando bruxas e dizendo que o determinado curso é ruim
554 porque tem poucos candidatos por vagas. Não é que o curso é ruim, talvez o
555 curso não faça mais sentido para os jovens de hoje. O senhor tem razão, pois
556 tudo isso precisa ser revisto e tenho certeza que o Pró-reitor de Graduação
557 está encaminhando isso para o próximo ano.” **Cons.^a Mariana Nunes de**
558 **Moura Souza**: “Gostaria de pedir licença para ler uma carta que foi escrita por
559 um membro da Associação de Pós-Graduação da Capital e aprovada para ser
560 lida neste Conselho Universitário: ‘Exmos. Srs. Membros do Conselho
561 Universitário (Co) da Universidade de São Paulo. É com imensa preocupação
562 que observamos nos últimos dias o nome de nossa universidade estampado
563 nos jornais de maiores alcances regional e nacional de nosso país. As notícias
564 não são boas, associam o nome da Faculdade de Medicina da USP ao
565 descaso e à completa falta de apoio frente a denúncias de preconceito,
566 racismo, homofobia, abusos morais e violência sexual, resultando muitas vezes
567 na perseguição das vítimas. Isto ocorre frente à lentidão e ausência de
568 posicionamento institucional no trato dos casos denunciados nas instâncias
569 internas da Faculdade, culminando no afastamento do Prof. Dr. Paulo Saldiva,
570 da Universidade de São Paulo, obrigando, portanto, as vítimas a buscarem
571 justiça em instâncias externas à Universidade. Há aproximadamente dois
572 meses, o Ministério Público Estadual (MPE) solicitou à Faculdade de Medicina
573 da USP informações sobre casos de trotes violentos e violação de direitos
574 humanos em festas. Somente sob os holofotes e atenção da grande mídia, o
575 diretor da FMUSP se pronunciou, afirmando que até a próxima semana seriam
576 tomadas todas as medidas necessárias para evitar a repetição de tais
577 violações, bem como enviados os documentos que relatam os incidentes
578 questionados pelo MPE. Se não fosse o suficiente, no dia 14/11/14 (sexta feira)

579 foi publicado, pela Rede Brasil Atual, a denúncia de que o mesmo diretor da
580 FMUSP pressionou os Deputados da Comissão de Direitos Humanos da
581 Assembleia Legislativa de São Paulo para não realizarem a audiência pública
582 das denúncias de abusos, tentando exaustivamente por telefone, realizar uma
583 manobra para inviabilizá-la por falta de quórum. A Universidade de São Paulo
584 tem colecionado e protagonizado, ao longo de pelo menos os últimos 5 anos,
585 denúncias de múltiplas formas de violência e desrespeito, afetando
586 especialmente as categorias menos prestigiadas da Universidade, como alunos
587 de graduação, pós-graduação e funcionários. Denúncias relatando violência
588 moral, como por exemplo, o constante e velado assédio moral por parte de
589 professores aos seus alunos graduandos e pós-graduandos, sobretudo ao
590 gênero feminino e à comunidade LGBT, como também a violência sexual,
591 moral e de cunho preconceituoso, praticada entre alunos em festas e trotes
592 universitários, têm sido parte da rotina desta Universidade. Aqui colocamos
593 uma reflexão: se os próprios diretores, professores, alunos e sociedade civil
594 concordam que qualquer tipo de violência não pode ser naturalizada e deve ser
595 punida, então essa rotina de violência mais velada ou mais extrema, porém
596 causadoras de danos humanos profundos, deveria ser investigada, punida e
597 prevenida. Contudo, o discurso por parte dos gestores da USP, observado na
598 mídia, está diametralmente distante da prática que encontramos em nosso
599 cotidiano, como demonstra a atual tentativa de esvaziamento da audiência da
600 ALESP. Este fato configura uma absoluta negligência de quem deveria, por
601 obrigação, dar o melhor exemplo, seja investigando e punindo com o rigor da
602 lei os responsáveis pelos abusos, seja pela criação de instrumentos, órgãos e
603 políticas educacionais que evitem a ocorrência de novos casos. Esta
604 negligência demonstra também, os valores ultrapassados, machistas, sexistas,
605 despotistas e antidemocráticos praticados e afirmados nesta instituição e,
606 portanto, torna seus gestores corresponsáveis e coautores de todos os casos e
607 práticas violentas em vigor na Universidade. O mais grave e mais estarrecedor
608 é que, em sendo a USP uma universidade pública, sustentada pelos impostos
609 de toda a população paulista, dos mais pobres aos mais ricos, ela tem por
610 obrigação moral servir à sociedade e estar sempre na posição de exemplo em
611 tudo, não apenas em sua produção acadêmica ou nos títulos de seus
612 professores que embelezam as paredes da instituição. Essa rotina violenta

613 quase enraizada e institucionalizada pela negligência de seus gestores, tornou-
614 se uma importante força motriz do declínio da qualidade do ensino e de
615 formação humanística, oferecida ao corpo discente, como também do
616 conhecimento que ultrapassa os muros da instituição e chega à sociedade. A
617 negligência e porque não, a negação de todas as formas de violência moral e
618 sexual existentes na USP é, outrossim, uma faceta pouco palatável à opinião
619 pública, de um projeto violento e segregador que vem sendo construído pelos
620 gestores e governo do Estado de São Paulo, que a cada dia torna a
621 Universidade menos pública. Isto ocorre na medida em que se dificulta o
622 acesso do público em geral aos acervos nas bibliotecas e todos os espaços
623 que poderiam ser utilizadas coletivamente, mas não são em função das
624 catracas, câmeras de vigilância e PM dentro de *campus* - que supostamente
625 protegeriam o patrimônio estrutural e a integridade física das pessoas que
626 utilizam tais espaços (o que também não procede, considerando os dados
627 divulgados na mídia, que mostram o crescente aumento de roubos e outras
628 formas de violência desde a instauração da PM dentro do campus). Muitas das
629 vezes em que vítimas denunciam os erros ocorridos no interior desta
630 instituição, imediatamente são colocadas na posição de agentes que visam
631 depreciar a imagem da Universidade, têm suas denúncias dissolvidas sob a
632 alegação de exagero ou pouco discernimento político, passando, portanto, por
633 um processo de silenciamento e responsabilização por todos os malfeitos.
634 Desta forma, aqueles que violentam ou permitem a violência na instituição,
635 sentem-se protegidos e tudo continua como sempre, em nome de uma moral e
636 um nome a ser zelado diante da opinião pública. Portanto, os diretores, a
637 reitoria, o governo do estado e todos os que têm vetado as investigações é que
638 são o cerne da violência observada nesta Universidade e isto precisa ser
639 revisto, investigado, modificado e retirado. Que se retire o cerne do mal pela
640 raiz. Neste contexto, viemos por meio desta carta, denunciar a violência e
641 negligência, alertando que todas estas situações são de integral
642 responsabilidade da instituição e que, se queremos zelar pelo nome, pela
643 qualidade e pela credibilidade dela, investigar e punir com rigor e
644 transparência, doa a quem doer, sendo exemplo no combate e prevenção do
645 racismo, sexismo, machismo e homofobia é a atitude que se espera dos
646 gestores daquela que foi por muito tempo, uma das mais importantes,

647 conceituadas e arrojadas universidades do país. Respeitosamente, Associação
648 dos Pós-Graduandos Helenira “Preta” Rezende (APG USP Capital)’. **Cons.**
649 **Phillipe Pessoa de Santana**: “Quero reservar esta fala para fazer coro à
650 manifestação anterior, no sentido de que se apurem os incidentes na
651 Faculdade de Medicina e em qualquer outro lugar da Universidade. Faço um
652 apelo para que, como representantes da Universidade, não coloquemos ‘panos
653 quentes’ cada vez que temos uma acusação à Universidade de São Paulo. É
654 bastante preocupante que a Universidade somente se mova quando há uma
655 denúncia externa pressionando-a, seja ela, neste caso, a OAB, seja quando o
656 Ministério Público ou o Tribunal de Contas atua sobre esta Universidade. É
657 importante que nós, de antemão, consigamos tomar as medidas necessárias
658 para que apuremos os fatos e consigamos garantir a justiça. Assim, quero fazer
659 esse apelo, retomando algo que aconteceu na última Sessão do Conselho
660 Universitário, quando uma graduanda mencionou, não sei se da melhor
661 maneira possível, uma possível fraude na licitação da iluminação do *Campus*
662 da Universidade de São Paulo. O edital de licitação para a iluminação dos
663 *Campi* da Universidade, por três vezes, sofreu interferência do Tribunal de
664 Contas do Estado. Em 3 de fevereiro de 2014, o Jornal de Brasília noticiou ‘Ex-
665 diretor de Estatal de Energia cita propina da Alstom a Presidente e Diretores’.
666 Nesta notícia ele menciona o fato de que o diretor da Empresa Paulista de
667 Transmissão de Energia pode ter recebido até 4 milhões de reais para manter
668 contratos com a ALSTON. Isso em 1995, salvo engano, o ex-presidente da
669 Empresa Paulista de Transmissão de Energia, no momento da denúncia, era
670 Prefeito do *Campus* da Capital da Universidade de São Paulo. E a única notícia
671 que tive foi que ele renunciou ao cargo ou pediu demissão após essa
672 acusação. Não vi a Universidade de São Paulo se pronunciando ou pedindo
673 uma audiência interna, não vi nenhuma resposta à sociedade pelo que
674 aconteceu neste episódio, mas ouvi o Reitor alertar a aluna de que existe um
675 código disciplinar na Universidade e que ela não deveria ser leviana em suas
676 colocações. Então, peço Senhor Reitor, como Conselheiro, que façamos a
677 devida sindicância em relação a essa questão e que se apure se houve alguma
678 fraude, dando à sociedade um retorno sobre essa questão. Isso é mais do que
679 falarmos que a Universidade é pura, porque quando vier do Ministério Público,
680 da OAB ou do Tribunal de Contas do Estado, como vamos nos pronunciar?

681 Vamos dizer que não sabíamos? Sabíamos, há indícios. Portanto, que se
682 apurem os indícios. Quando um membro do Conselho levanta esse tipo de
683 questão, que seja ouvido pela Universidade e a Universidade tome as devidas
684 providências. Repudio qualquer tentativa de panos quentes no que ocorre na
685 Universidade de São Paulo.” **M. Reitor:** “Em primeiro lugar precisa ficar muito
686 claro que a Universidade de São Paulo não põe panos quentes em denúncias
687 claras. O que a Conselheira fez na última sessão do Conselho Universitário, foi,
688 a meu ver, uma acusação leviana. Ela falou de fraudes das licitações e eu
689 pergunto à Conselheira se ela quer sustentar essa afirmação, porque a ela é
690 aberta a responsabilidade pessoal de quem a fez. Segundo, eu alertava a
691 conselheira para os riscos de uma acusação leviana do ponto de vista pessoal.
692 Como Presidente deste Conselho, sou responsável por defender todos os
693 conselheiros, que têm absoluta liberdade de vir aqui e expressar as suas
694 opiniões sobre os temas que estão sendo debatidos e sobre a vida da
695 Universidade. É responsabilidade minha fazer isso. Liberdade de opinião, todos
696 têm, liberdade para fazer acusações infundadas a pessoas, não anunciadas
697 claramente, deixando subjacente uma mancha, contra esse tipo de atitudes
698 não posso defender os conselheiros. Cada um defenderá a si mesmo. Defendo
699 a liberdade desse Conselho de tratar das questões da Universidade. Hoje o
700 Conselheiro Phillipe acrescenta um ingrediente interessante, quando ele afirma
701 que houve uma denúncia contra alguém que foi Prefeito desse *Campus*, que
702 em um determinado momento da vida, quando ele não era Prefeito desse
703 *Campus*, teria aceitado algum tipo de benefício de uma empresa. Não me cabe
704 julgar isto e nem a Universidade, cabe ao Poder Judiciário, à Promotoria e ao
705 Ministério Público. O que é certo é que quando esta Reitoria assumiu a
706 Universidade, essa pessoa foi afastada de seu cargo. Agora, que há
707 desconforto com relação a gastos relacionado às grandes obras e
708 investimentos, isso não é segredo a ninguém. Haver desconforto não quer
709 dizer que houve, obrigatoriamente, desvio; não quer dizer que houve fraude,
710 não quer dizer nada. Gostaríamos de saber exatamente como essas coisas
711 foram feitas e foi isto que anunciei neste Conselho, quando disse que a Reitoria
712 da Universidade vai investigar e que abriríamos um contrato de auditoria
713 externa à Universidade para examinar esses fatos. Não é pouco relevante
714 lembrar que fui criticado por isso por algumas entidades. Apesar disso, esse

715 processo, que não é um processo simples, está sendo levado em frente e o
716 edital para isto já foi enviado para ser aberto, de forma que a investigação está
717 procedendo, inclusive já foi discutido informalmente com o Tribunal de Contas,
718 mas eles ainda não se manifestaram. O processo de licitação foi mandado,
719 inicialmente, para várias empresas que poderão, posteriormente, vir a fazer as
720 auditorias, para que elas examinem o que se está pedindo, a viabilidade e o
721 realismo, para que, finalmente, possamos fazer uma licitação para
722 contratarmos uma empresa. Resumindo, a Universidade de São Paulo não
723 deixa de investigar denúncias sobre as quais haja indício de fundamento.”

724 **Cons. Alúcio Augusto Cotrim Segurado:** “Neste momento, a Congregação
725 da Faculdade de Medicina vem ao Conselho Universitário apresentar a todos
726 os seus membros as nossas reflexões a respeito das denúncias graves de
727 violação de Direitos Humanos, que ganharam a grande imprensa na última
728 semana e que já foram objeto de intervenção de conselheiros que me
729 antecederam. Em primeiro lugar, gostaria de tranquilizar o Magnífico Reitor, a
730 Administração da Universidade e todos os colegas do Conselho Universitário,
731 no sentido de que a Faculdade de Medicina não cometeu nenhum tipo de
732 negligência ou omissão em relação a essas graves denúncias. Da mesma
733 maneira, ela não compactua com nenhum tipo de violação de direitos humanos
734 ou de perseguição ou discriminação de quaisquer componentes da
735 comunidade acadêmica da nossa Unidade. Tanto isso é fato, que no momento
736 em que algumas dessas denúncias vieram à tona, no âmbito de nossa Escola,
737 nosso antigo diretor, Prof. Dr. Giovanni Guido Cerri, nomeou uma comissão
738 mista, composta por docentes, discentes e servidores técnicos e
739 administrativos para fazer uma ampla discussão e apuração de todas as
740 denúncias que estavam sendo trazidas à Direção da Unidade. Durante mais de
741 90 dias, esse grande grupo de colegas, de discentes e de funcionários
742 participaram de seis grupos de trabalhos, enfocando diferentes aspectos de
743 violação de direitos humanos, conduzindo as oitivas das supostas vítimas,
744 colhendo depoimentos de todas aquelas pessoas que pudessem trazer alguma
745 luz à elucidação desses fatos e elaborando relatórios para que a Congregação
746 da nossa Unidade se manifestasse e levasse às autoridades universitárias e
747 demais poderes da Sociedade Civil tudo, no que couber, no sentido de levar
748 adiante a apuração e eventual imputação de possíveis envolvidos em casos

749 como os que foram relatados. Além disso, queria dizer que a reunião
750 extraordinária da Congregação que fará a análise minuciosa de todos os
751 trabalhos dessa comissão já está marcada para o dia 25/11 e, certamente,
752 nosso Diretor trará ao Conselho Universitário e fará uma ampla divulgação de
753 todas as deliberações e todas as conclusões que ali forem apontadas. Queria
754 dizer, ainda, antecipando-me a essa deliberação final, que no último dia 14 de
755 novembro, nosso novo Diretor, Prof. Dr. José Otavio Costa Auler Junior, fez
756 publicar nos jornais de grande circulação da imprensa paulista - acredito que
757 vários colegas do Conselho Universitário tiveram acesso a essa manifestação -
758 as reiteradas informações a respeito do posicionamento da Faculdade de
759 Medicina em relação a tudo isso. Além do mais, o anúncio da criação, pela
760 primeira vez no âmbito da Instituição, de um Centro de Defesa de Direitos
761 Humanos, propiciará assistências de ouvidoria, jurídica, psicológica e saúde
762 em todos os casos que venham a ser relatados. A intenção desse novo Centro
763 é, continuamente, promover e proteger os direitos humanos, combatendo de
764 maneira ativa qualquer manifestação de intolerância e contribuir para o
765 combate a possíveis violações, seja em termos de sexismo ou racismo ou
766 mesmo homofobia. Com isso, quero dizer que o Diretor, José Otavio Costa
767 Auler Junior, em sua manifestação, já pública, dirigiu-se às vítimas das
768 denúncias de violação de direitos, externando a elas a sua solidariedade e
769 delineando todos os mecanismos institucionais que foram colocados a
770 disposição para acolhimento a futuras denúncias e investigação de casos.
771 Exortou a todo o corpo discente e docente a necessidade de um contínuo e
772 ativo combate a qualquer forma de preconceito. Evoco ao conjunto de
773 professores da Casa sobre seu papel de educadores envolvidos na formação
774 humanística de médicos para a sociedade brasileira que, certamente, não
775 tolera qualquer tipo de discriminação. Finalizando, quero dizer a este Conselho
776 que se tranquilize, do ponto de vista das ações que estão sendo tomadas, pois
777 nos comprometemos a fazer uma ampla divulgação de tudo isto, após a
778 reunião do dia 26 de novembro e reitero aquilo que ouvi como resposta, de que
779 não houve, de forma nenhuma, negligência ou omissão da nossa Instituição em
780 relação a este caso.” **Cons. Bruno Sperb Rocha:** “Pedi a palavra para me
781 referir aos dois temas que apareceram nas manifestações e que, na verdade,
782 apareceram antes nos jornais, nos últimos dias. Sobre as denúncias de assédio

783 e estupro na Faculdade de Medicina e dos casos de racismo, sexismo e
784 homofobia nas Faculdades de Medicina da USP, não vou me estender muito,
785 faço coro com o que foi dito pela representação discente. Apenas queria
786 acrescentar um comentário, depois dessa última fala. Todas as denúncias
787 feitas mostram que não há credibilidade nenhuma a administração dessas
788 Faculdades ou da Universidade se responsabilizar, unilateralmente, pela
789 investigação destes casos. É muito fácil supor, depois de todas as denúncias
790 que vieram à tona nos últimos dias, que nenhuma vítima de violação se sentirá
791 confiante em buscar a administração dessas Faculdades ou da Universidade
792 para pedir ajuda, socorro, solidariedade ou o que quer que seja. Desta forma, o
793 que é necessário fazer agora, é oferecer todas as condições institucionais para
794 isto, mas garantir todo o direito de apoio, recebimento e investigação, por parte
795 de comissões independentes, compostas pelo movimento de direitos humanos,
796 pelos movimentos de mulheres, pelas organizações de negros e pelas
797 organizações LGBTs, que são, agora, as únicas que podem trazer tudo a
798 público e apurar as denúncias que estão acontecendo. Sobre o tema da
799 divulgação dos salários dos servidores da Universidade de São Paulo, todo
800 mundo viu que no domingo, a Folha de São Paulo tinha cinco páginas
801 dedicadas a esse tema e o Editorial da Folha de hoje também é sobre isso. A
802 primeira questão que quero levantar é a seguinte: a informação dos salários
803 ainda é bastante incompleta, porque não se trata de saber apenas o valor bruto
804 que cada um recebe na Universidade; a chave é saber o que compõe esses
805 valores brutos. Quem ganha quanto por trabalhar, ensinar e pesquisar e quem
806 ganha quanto pelos cargos que ocupam na Administração da Universidade. É
807 fácil supor, ainda que sejam necessários dados para demonstrar, que esses
808 chamados 'supersalários' se concentram na burocracia universitária, reunida,
809 inclusive, neste Conselho Universitário. As matérias da Folha de São Paulo,
810 apoiando e citando várias falas do Reitor Zago, tenta transmitir a impressão
811 contrária. As cinco páginas da matéria de domingo explora bastante um caso
812 extraordinário de uma funcionária com cargo de chefia que ganha um salário
813 mais alto do que o salário do Reitor, fazendo parecer que quem ganha muito
814 não é a direção da Universidade, mas os trabalhadores. Tentam fazer parecer
815 o contrário, mas sem os dados, fazendo uma pesquisa rápida se vê que os dez
816 maiores salários de professores, todos aposentados, em sua maioria, são

817 diretores de unidades. Os dez maiores salários de professores ativos na
818 Universidade são todos diretores de unidades, Pró-reitor, Vice-Reitor e Ex-
819 reitora. Dos 100 maiores salários, em geral, na Universidade, sete deles são de
820 funcionários e 93 são professores; dos sete funcionários, seis são procuradores
821 da Reitoria, ou seja, ao contrário do que se tentou fazer parecer nessas
822 matérias, com a Folha de São Paulo se apoiando nas declarações do Reitor,
823 não existem supersalários em geral na Universidade. Para mostrar a existência
824 de supersalários, é preciso mostrar, claramente, o que compõem esses
825 salários informados. Mas mesmo com isso, seria uma informação bastante
826 incompleta das contas da Universidade, porque também é preciso saber o que
827 sai nos contratos com as fundações privadas que atuam na Universidade;
828 quanto sai na forma de lucro para elas que se utilizam das estruturas, recursos
829 humanos, prédios e laboratórios da Universidade; quanto nos contratos com as
830 empreiteiras, não só os valores brutos, mas também o que compõe esses
831 valores, quais são os gastos com materiais nas empresas terceirizadas. O mais
832 perverso disso tudo é que essa campanha se apoia no fato de que a
833 esmagadora maioria dos trabalhadores não só dessa Universidade, mas deste
834 país, vive com um salário de miséria, de fome, quase sempre um salário
835 mínimo de 724,00 reais; que, diga-se de passagem, é o que se paga para a
836 maioria dos cinco mil trabalhadores dessa Universidade, número este citado
837 pelo Reitor, de trabalhadores terceirizados dentro da Universidade hoje. Apesar
838 de tudo isso, querem fazer parecer que o problema da Universidade são os
839 salários dos funcionários, como aparece no Editorial da Folha de hoje,
840 apoiando-se nas declarações do Reitor, que, não só os salários dos
841 funcionários, mas, particularmente, suas greves. Esquece que os funcionários
842 lutam, justamente, contra o arroxco salarial que impõe esta situação à maioria
843 trabalhadora do país.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à **PARTE II - ORDEM**
844 **DO DIA. CADERNO I – ALIENAÇÃO (item 14 parágrafo único do art. 16 do**
845 **Estatuto - quorum de 2/3= 80) 1. PROCESSO 2014.1.8573.1.3 –**
846 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Alienação do imóvel situado à Rua**
847 **Ezequias Augusto Leme, 53, lote 94, quadra 5, Vila Maria, Bragança Paulista -**
848 **SP, oriundo da herança vacante em nome de Angelina Maria de Jesus. Laudo**
849 **Técnico: valor provável de venda do imóvel: R\$ 60.700,00. Manifestação da**
850 **Comissão de Acompanhamento de Venda de Imóveis de Heranças**

851 **Vacantes:** o Presidente da CAVI-HV aprova, *ad referendum* da Comissão, o
852 Laudo Técnico de Avaliação apresentado, com o valor de venda apontado
853 (11.07.14). **Parecer da COP:** manifesta-se favoravelmente quanto à alienação
854 do imóvel situado à Rua Ezequias Augusto Leme, 53, lote 94, quadra 5, Vila
855 Maria, Bragança Paulista - SP, oriundo da herança vacante em nome de
856 Angelina Maria de Jesus (05.08.14). **2. PROCESSOS 98.1.2238.1.1 e**
857 **2005.1.33722.1.0 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Alienação do imóvel
858 situado à Rua Estado de Israel, 33 - Vila Clementino, São Paulo - SP, oriundo
859 da herança vacante em nome de Arcilia Mouwad. **Laudo Técnico:** valor
860 provável de venda do imóvel: R\$ 450.000,00. **Manifestação da Comissão de**
861 **Acompanhamento de Venda de Imóveis de Heranças Vacantes:** o
862 Presidente da CAVI-HV aprova *ad referendum* da Comissão o Laudo Técnico
863 de Avaliação apresentado, com o valor de venda apontado (11.07.14). **Parecer**
864 **da COP:** manifesta-se favoravelmente quanto à alienação do imóvel situado à
865 Rua Estado de Israel, 33 – Vila Clementino, São Paulo – SP, oriundo da
866 herança vacante em nome de Arcilia Mouwad (05.08.14). O **M. Reitor** coloca
867 em votação os processos 1 e 2 do Caderno I. **Votação.** Pelo painel eletrônico
868 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 93 (noventa e três) votos; Não = 0 (zero);
869 Abstenções= 7 (sete); Total de votantes = 100 (cem). São aprovados os
870 pareceres da COP, favoráveis às alienações dos imóveis situados à Rua
871 Ezequias Augusto Leme, 53, lote 94, quadra 5, Vila Maria, Bragança Paulista -
872 SP, oriundo da herança vacante em nome de Angelina Maria de Jesus e à Rua
873 Estado de Israel, 33 – Vila Clementino, São Paulo – SP, oriundo da herança
874 vacante em nome de Arcilia Mouwad, obedecido o quórum Estatutário. **3.**
875 **PROCESSO 2014.1.388.82.9 – SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO.**
876 Alienação do imóvel situado na Av. Maria Coelho Aguiar, nº 215 - Bloco F - 8º
877 andar - Centro Empresarial de São Paulo - Santo Amaro - São Paulo, bem
878 como as 28 vagas de garagem localizadas no Bloco I do mesmo endereço.
879 **Laudo Técnico:** valor de mercado do imóvel: R\$ 19.500.000,00 (julho de
880 2014). **Parecer da PG:** manifesta que para a venda de imóvel, necessário se
881 faz, além da avaliação do bem, a justificativa fundamentada de interesse
882 público na alienação. Após, a questão deve ser submetida à apreciação e
883 deliberação da COP e Co. Em sendo aprovada a venda, deverá ser instaurada
884 licitação na modalidade concorrência (18.08.14). Justificativa de interesse

885 público: o referido imóvel foi adquirido visando à utilização e ao funcionamento
886 de Departamentos pertencentes à Reitoria da USP, uma vez que os espaços
887 anteriormente utilizados pelo Órgão na Cidade Universitária não apresentavam
888 as condições mais adequadas para o desenvolvimento de suas atividades.
889 Considerando a finalização das obras de reforma do prédio da Reitoria; que
890 permite acomodar toda a Administração Central da Universidade; que os
891 imóveis externos aos *Campi* da USP têm um custo inerente de manutenção; e
892 tendo em vista a atual situação financeira da Universidade, o mencionado
893 imóvel deixou de ser necessário para a USP (23.09.14). **Parecer da COP:**
894 aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Laerte Sodré Júnior, favorável à alienação
895 do imóvel situado no Centro Empresarial de São Paulo, situado à Av. Maria
896 Coelho Aguiar, nº 215 - Bloco F - 8º andar, bem como das 28 vagas de
897 garagem localizadas no Bloco I do mesmo endereço (21.10.14). **Cons.**
898 **Benedito Honorio Machado**: “Meu voto será favorável, mas o que me
899 preocupa é que, no passado recente, este mesmo Conselho Universitário foi
900 convencido - acredito porque na época não participava do Conselho – de que a
901 Cidade Universitária não apresentava as condições mais adequadas para o
902 desenvolvimento de suas atividades e, seguramente o Conselho Universitário
903 acreditou nesta argumentação. Acho que seria importante, do ponto de vista
904 atual da Reitoria, esclarecer se as condições da Cidade Universitária são
905 absolutamente adequadas e suficientes, porque aventura como essa jamais
906 deveria ter acontecido.” **M. Reitor**: “Conselheiro, para sua surpresa e minha, a
907 compra de imóveis não depende de aprovação do Conselho Universitário.” A
908 seguir, o **M. Reitor** coloca em votação o item 3. **Votação**. Pelo painel eletrônico
909 obtém-se o seguinte resultado: Sim = 94 (noventa e quatro) votos; Não = 0
910 (zero); Abstenções= 6 (seis); Total de votantes = 100 (cem). É aprovado o
911 parecer da COP, favorável à alienação do imóvel situado no Centro
912 Empresarial de São Paulo, situado à Av. Maria Coelho Aguiar, nº 215 - Bloco F
913 - 8º andar, bem como das 28 vagas de garagem localizadas no Bloco I do
914 mesmo endereço, obedecido o quórum Estatutário. **4. PROCESSO**
915 **2014.1.296.82.7 – SUPERINTENDÊNCIA DO ESPAÇO FÍSICO**. Alienação do
916 imóvel situado à Rua da Consolação, nº 268, no Centro, São Paulo/SP, de
917 propriedade da Universidade de São Paulo. **Lauda Técnico**: valor de mercado
918 do imóvel: R\$ 28.750.000,00 (maio de 2014). **Parecer da PG**: observa que o

919 Laudo de Avaliação constante nos autos apresentou valor de R\$ 28.750.000,00
920 até a fase de construção verificada no período da realização do laudo. Não
921 foram juntados os contratos relativos à contratação da edificação, cujas obras
922 foram iniciadas, estando, agora, na fase da fundação, não sendo possível
923 avaliar a questão jurídica que o ato poderá provocar. Para alienação do imóvel
924 pretendida, esclarece que necessário se faz, além da avaliação do bem, a
925 justificativa e interesse público fundamentados (06.08.14). **Parecer da PG:**
926 observa que as obras em andamento no terreno, caso alterem
927 substancialmente suas características, poderão demandar a confecção de novo
928 laudo atualizado, sendo que o contrato referente a essas obras e sua eventual
929 rescisão são objeto de outro processo. Conclui que, feita a avaliação,
930 justificado o interesse público na alienação e submetida esta à prévia
931 deliberação da COP e do Co, deverá ser instaurada licitação na modalidade
932 concorrência para convocação dos eventuais interessados na aquisição do
933 imóvel (12.08.14). Justificativa de interesse público: o referido imóvel foi
934 adquirido visando à utilização e ao funcionamento da Procuradoria Geral (PG-
935 USP), uma vez que os espaços anteriormente utilizados pelo Órgão na Cidade
936 Universitária não apresentavam as condições mais adequadas para o
937 desenvolvimento de suas atividades. Considerando a finalização das obras de
938 reforma do prédio da Reitoria; que, além de um espaço nesta Cidade
939 Universitária (na Rua da Praça do Relógio nº 109), a PG-USP já ocupa imóveis
940 na região central desta Capital (situados na Rua da Quitanda nº 96 e na Av.
941 Brigadeiro Luís Antônio nº 42); tendo em vista a atual situação financeira da
942 Universidade, o mencionado terreno da Rua Consolação e o empreendimento
943 para lá previsto deixaram de ser necessários para a USP (23.09.14). **Parecer**
944 **da COP:** aprova o parecer do relator e encaminha os autos ao DPI para
945 elaboração de novo laudo técnico, nos termos dos pareceres do relator e da
946 Procuradoria de Contratos Administrativos e de Licitações (21.10.14).
947 **Informação da SEF:** atualizando-se os valores dispendidos na obra, a
948 informação de fls. 38 dos autos passa a ser R\$ 9.983.589,85 + R\$
949 21.099.209,22 = R\$ 31.082.799,07, que arredondando chega a R\$
950 31.000.000,00. **Informação da CODAGE:** atualizados os valores referentes às
951 benfeitorias realizadas no terreno, totaliza-se R\$ 21.099.209,22. Assim,
952 considerando a avaliação do terreno, no valor de R\$ 9.983.589,85, o valor

953 estimado do referido imóvel é de R\$ 31.100.000,00 (05.11.14). **Parecer da**
954 **COP:** o Senhor Presidente aprova, *ad referendum* da COP, o parecer do
955 relator, Prof. Dr. Laerte Sodré Júnior, favorável à alienação do imóvel situado
956 na Rua da Consolação, nº 268, São Paulo/SP (12.11.14). O **M. Reitor** coloca
957 em votação o processo 4. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte
958 resultado: Sim = 94 (noventa e quatro) votos; Não = 0 (zero); Abstenções= 6
959 (seis); Total de votantes = 100 (cem). É aprovado o parecer da COP, favorável
960 à alienação do imóvel situado na Rua da Consolação, nº 268, São Paulo/SP,
961 obedecido o quórum Estatutário. Ato seguinte, o M. Reitor passa ao **CADERNO**
962 **II – DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2015.** Proposta de Diretrizes
963 Orçamentárias para 2015, aprovada pela COP em 04.11.2014. **Cons.**
964 **Adalberto Américo Fischmann: (apresentação)** “Gostaria de trazer dois
965 conjuntos de informações, primeiro, relativo às bases que nortearam a
966 preparação das diretrizes orçamentárias para esses próximos anos e, depois,
967 as diretrizes orçamentárias propriamente ditas. Iniciando a primeira lâmina, os
968 senhores poderão observar que a estimativa orçamentária para o ano de 2014,
969 previa um PIB de 2% para esse ano, com uma inflação girando em torno de
970 6,5%, e o que percebemos agora, já no mês de novembro, pelo relatório Focus,
971 do Banco Central do Brasil, é que temos um PIB bem diferente, de 0,21% e
972 uma inflação de 6,39%, causando um impacto sobre as transferências do ICMS
973 para 2014. Olhando para as estimativas de 2015, temos um PIB estimado de
974 1,5%, com uma inflação de 6,1% e o que já percebemos é que o PIB não será
975 mais de 1,5%, mas sim de 0,8%, com inflação de 6,4%. Esses dois contrastes
976 indicam como podemos imaginar o ano de 2015, objeto inicial da nossa
977 análise. Na lâmina seguinte, destaco o relatório do dia 14 de novembro do
978 Banco Central do Brasil, em que temos, justamente, o IPCA na faixa dos 6,4%
979 e o PIB em 0,21%, um crescimento muito baixo. Tem outros dados, mas
980 destaquei nessas linhas assinaladas em vermelho, para que possamos
981 observar os dados com os quais trabalhamos. No seguinte, temos uma
982 evolução de receitas e despesas da USP, que vou detalhar mais adiante. Sei
983 que é praticamente impossível enxergar, esse é um teste oftalmológico gratuito
984 que estou fazendo, mas quero informar que nossa arrecadação até outubro de
985 2014 é algo ao redor de 4,5% a menos do que foi inicialmente previsto, ou seja,
986 prevíamos mais e recebemos apenas 95% do que estimamos para o ano de

987 2014. No *slide* seguinte, os dados estão agregados, ficando mais fácil perceber
988 uma diferença importante na arrecadação que tínhamos imaginado, de R\$
989 3.819.387.435, quando recebemos efetivamente uma arrecadação de R\$
990 240.272.734 a menos. Por outro lado, temos 'Outros Custeios' e
991 'Investimentos', em 'Pessoal' temos um gasto com exercício corrente e
992 exercícios anteriores de cerca de R\$ 684.333.702, que é a soma desses dois
993 itens; isso resulta, até o mês de outubro, em um déficit de R\$ 919.246.577, ou
994 seja, não estamos contando ainda os dois últimos meses do ano e já temos
995 uma diferença de R\$ 919.246.577 milhões somente nesses dez primeiros
996 meses. Olhando a parte superior do *slide* seguinte, temos a evolução das
997 liberações financeiras, em outras palavras é o ICMS que é transferido para a
998 Universidade. Podemos ver, claramente, que enquanto nos quatro primeiros
999 meses de 2014 tivemos uma arrecadação superior - em janeiro 5,7%; em
1000 fevereiro 10,84%; em março 9,55%; em abril 9,77% - acima da previsão
1001 inicialmente estabelecida para os respectivos meses, notem que, a partir de
1002 maio de 2014, a arrecadação foi sempre menor, à exceção do mês de junho,
1003 em que tivemos um percentual de 2,34% acima do que foi previsto. Isso
1004 significa que estamos com uma tendência declinante, ou seja, as previsões que
1005 a Secretaria da Fazenda faz não têm sido alcançadas, essa é uma informação
1006 preocupante. Olhando a parte inferior desse *slide*, podemos observar a
1007 evolução das liberações financeiras. Para tentar minimizar as variações
1008 mensais, estamos fazendo uma consideração de ano cheio, ou seja, sempre
1009 pegando 12 meses. Então, olhando da extrema direita para a extrema
1010 esquerda, vamos pegar o mês de outubro/2014, temos uma liberação
1011 financeira com crescimento de 2,27%, isso sempre em valores nominais.
1012 Olhando o mês de setembro, pegando em relação ao ano anterior, temos
1013 2,86% e assim por diante, estou indo da direita para esquerda. O que esse
1014 gráfico sinaliza? Isso que é importante. Que se observarmos os primeiros
1015 meses dos anos, da esquerda indo para a direita, vemos uma trajetória
1016 crescente e na calda do lado direito é ao contrário, uma redução progressiva
1017 mês a mês, infelizmente essas perspectivas são as que vão nortear as nossas
1018 diretrizes para o ano de 2015. Passando para a lâmina seguinte, temos a
1019 planilha CRUESP, onde podemos observar que no mês de janeiro tivemos um
1020 gasto com a folha de pagamento de 0,29% a menos, ou seja, tivemos uma

1021 economia relativamente a janeiro de 2013, todavia, quando olhamos os outros
1022 meses de 2014, em relação a 2013, observamos significativos gastos nominais.
1023 Por outro lado, também podemos observar que no mês de outubro - agora no
1024 mês passado - tivemos um percentual de 33,48% acima do que o mesmo mês
1025 em 2013, porque todos vocês, certamente, vão se lembrar porque foi decisão
1026 nossa, no mês de setembro, pagar o reajuste, o abono, dias descontados,
1027 enfim, isso causou um impacto de 33,48% no mês de outubro de 2014 em
1028 relação ao mês de outubro de 2013. Também podemos observar na última
1029 linha da última coluna, que no balanço geral, tivemos um gasto com folha de
1030 pagamento no total de 8,5% em 2014 a mais do que 2013. Por outro lado,
1031 pegando a lâmina seguinte, também merece destaque que a Universidade tem
1032 feito esforços no sentido de contenção de despesas. Por exemplo, olhando os
1033 gastos com outros custeios e capital em 2014, tivemos um recuo de cerca de
1034 16,7% a menos em relação a igual período em 2013, isso considerando,
1035 novamente, apenas os dez primeiros meses do ano de 2014, mas não deve ser
1036 muito diferente para os outros 2 meses desse ano. O *slide* seguinte é muito
1037 ilustrativo, porque mostra que hoje estamos com um comprometimento com a
1038 folha de 106,36% relativamente ao nosso orçamento, ou seja, estamos
1039 gastando mais com pessoal do que recebemos de transferências do tesouro
1040 paulista. Também mostramos as outras Universidades coirmãs, a Unicamp e a
1041 Unesp, que também tiveram uma trajetória muito semelhante à USP. Mas o
1042 que mais chama a atenção são os gastos no início da década, ou seja, em
1043 2009 e 2010, quando nosso gasto com pessoal era na faixa dos 80% do
1044 orçamento e notem que isso foi subindo progressivamente no ano de 2011,
1045 2012, 2013 e também agora, em 2014, para uma situação bastante
1046 preocupante, sinalizando claramente um descompasso entre o que se gasta
1047 com pessoal e toda a arrecadação que a Universidade recebe como receita. Na
1048 lâmina seguinte, está assinalado que o déficit do ano deverá ser superior ao
1049 orçado, em R\$ 524,4 milhões, porque o valor orçado para 2014 foi de,
1050 inicialmente, R\$ 575,4 milhões e temos uma diferença relativamente ao que a
1051 Universidade tem gastado, que é mais R\$ 524 milhões, ou seja, se observarem
1052 a 2ª coluna, no realizado de 2014, temos uma estimativa de fechamento de R\$
1053 1.099,8 bilhão de déficit. Desse déficit, R\$ 575,4 milhões já tinha sido
1054 autorizado pelo Co, para que fosse consumido de nossas reservas, todavia

1055 observamos agora, com o ano praticamente concluído, que teremos que
1056 comprometer mais R\$ 524,4 milhões dessas reservas, para que a Universidade
1057 feche suas contas. Esse déficit de R\$ 524,4 milhões se justifica por variações
1058 que gostaria de assinalar. Em primeiro lugar, o repasse do Tesouro do Estado
1059 ao invés de ser de R\$ 4.595,3 bilhões, foi na verdade menor, de R\$ 4.455,7
1060 bilhões, ou seja, tivemos uma diferença negativa de R\$ 140,1 milhões. Outro
1061 item importante é o gasto com pessoal, que estava previsto em R\$ 4.592,3
1062 bilhões, sendo que gastamos R\$ 4.666,9 bilhões, ou seja, 14,2% a mais. E,
1063 finalmente, também com 'Outros Custeios de Capital' - o item 2.3 - previsto em
1064 R\$ 577,2 milhões, mas efetivamente gastamos R\$ 881,4 milhões; isso
1065 representou uma diferença de R\$ 304,2 milhões, ou seja, 58% do déficit diz
1066 respeito a 'Outros Custeios e Capital'. Considerando essas preliminares, é
1067 importante que assinalemos, como falei anteriormente, que precisamos ter uma
1068 autorização adicional de mais R\$ 575 milhões para fecharmos o ano de 2014.
1069 Diante disso, o que temos a dizer é que vamos fechar o ano de 2014 com um
1070 déficit geral de cerca de R\$ 1,1 bilhão e isso requererá, da parte dos senhores
1071 Conselheiros do Co, uma autorização para esse gasto adicional que tivemos,
1072 visto que boa parte disso são obrigações de anos anteriores a 2014,
1073 representam restos a pagar que, na verdade, não fizeram parte do orçamento
1074 de 2014, justificando uma boa parte dessa diferença. Passando agora para às
1075 Diretrizes Orçamentárias, que todos os dirigentes receberam, algumas
1076 importantes mudanças devem ser assinaladas. A primeira informação é que as
1077 Diretrizes Orçamentárias para 2015 refletem um grande esforço da
1078 Universidade para dar maior transparência e racionalidade aos gastos, além de
1079 orientar a elaboração da proposta orçamentária para 2015 dentro de uma
1080 perspectiva plurianual e não dentro de uma perspectiva meramente do próximo
1081 ano. Outro ponto importante, são ajustes de transição, o que estão sendo
1082 implementados. Isso significa que os indicadores estarão em revisão durante
1083 esse próximo ano de 2015 e o desempenho acadêmico em 2015 será
1084 incorporado à dotação básica. Também foram suprimidos os indicadores
1085 utilizados nos cálculos da dotação básica e do adicional de desempenho. De
1086 outro lado, como falei anteriormente, os critérios serão reintroduzidos à
1087 proposta do ano que vem para 2016, após reavaliação dos indicadores a serem
1088 utilizados. Eles estão passando, a partir desse momento, por uma profunda

1089 revisão, dado que alguns dos indicadores já não faziam mais sentido e isso
1090 será comunicado tão logo tenhamos concluído esse trabalho na COP. No *slide*
1091 seguinte, também gostaria de salientar outras mudanças: serão mantidos os
1092 indicadores relacionados a treinamento, manutenções predial, de áreas verdes
1093 e de sistema viário, manutenção e reposição de equipamentos de informática e
1094 despesas com transporte. Também será considerada a descentralização das
1095 despesas, ou seja, gastos que eram suportados pela administração central,
1096 como por exemplo: vigilância, serviços terceirizados, limpeza etc., serão
1097 descentralizados para as unidades e haverá também demonstrativos de receita
1098 própria e reserva financeira que vão fazer parte da proposta orçamentária para
1099 2015. As memórias de cálculos e as fontes de dados estão sendo também
1100 distribuídas, para que haja máxima transparência dos critérios utilizados para a
1101 confecção das diretrizes orçamentárias e, depois, do próprio orçamento.
1102 Gostaria também de salientar qual é a abordagem que adotamos para o
1103 método de trabalho, para a preparação dessas diretrizes orçamentárias.
1104 Preliminarmente, enviamos, em junho desse ano, as diretrizes orçamentárias
1105 para todas as unidades, institutos e órgãos centrais. Depois passamos a
1106 receber, de cada uma das unidades, contribuições e aprovações das diretrizes
1107 orçamentárias que estão sendo, nesse momento, apreciadas pelo Co. E isso
1108 tudo será consolidado pela COP e encaminhado para o Co na nossa próxima
1109 reunião, dia 9 de dezembro deste ano, e então esse será o orçamento inicial
1110 com o qual iremos trabalhar no ano de 2015. Prosseguindo, teremos o envio de
1111 relatórios de execução orçamentária, desse ano de 2014, pelo Departamento
1112 de Finanças para as unidades, institutos e órgãos centrais, que será feito já em
1113 janeiro do ano que vem, e a tabela; modelo da proposta de distribuição
1114 orçamentária para 2015, considerando recursos do Tesouro do Estado e a
1115 receita própria. Também haverá, por parte das unidades, institutos e órgãos
1116 centrais, uma elaboração de propostas de distribuição orçamentária para esse
1117 ano de 2015, que será discutida e aprovada, quando for o caso, nos próprios
1118 colegiados dessas unidades, recomendando-se sempre uma forma
1119 participativa. O documento deverá ser enviado à COP no mês seguinte, ou
1120 seja, em fevereiro de 2015. É importante que todos percebam o tratamento que
1121 vamos dar a esse orçamento de 2015, são duas revisões que estão sendo
1122 propostas: a primeira, logo no mês de março de 2015 e outra, 6 meses depois,

1123 em setembro de 2015, quando será feito todos os ajustes necessários para que
1124 o orçamento reflita, da forma mais apropriada, a evolução real, tanto dos
1125 ingressos quanto das despesas. E isso considerará tanto os repasses do
1126 Tesouro do Estado, quanto a evolução da folha de pagamento. Como todos
1127 sabem, estamos contando com a implementação do PIDV e, certamente, isso
1128 será importante de ser acompanhado. Prosseguindo, temos uma previsão do
1129 orçamento do Estado de São Paulo para 2015, com alguns dados que
1130 merecem ser considerados. Temos que a arrecadação do ICMS deverá ser,
1131 segundo a estimativa da Secretaria de Planejamento, algo na faixa de R\$
1132 128.698.666.667 e a cota parte que ficará no Estado de São Paulo é de R\$
1133 96.524.000.000. Essa estimativa traz alguns parâmetros que foram norteadores
1134 para nossa proposta orçamentária. Essa arrecadação é baseada nos dados
1135 que temos até julho de 2014, todavia, os senhores se lembram de lâminas
1136 anteriores, que o segundo semestre de 2014 não tem sido tão atrativo, do
1137 ponto de vista de transferência de recursos, quanto foi o primeiro semestre de
1138 2014. Para não ficarmos baseados apenas no primeiro semestre de 2014,
1139 estamos considerando três anos, para que influências sazonais e
1140 momentâneas sejam minimizadas. Deveríamos levar em consideração a
1141 arrecadação até o final de 2014, mas como já estamos percebendo, não terá
1142 grandes diferenças em relação ao comportamento desse segundo semestre de
1143 2014. Também, há uma projeção de inflação anual de 6,1% para o ano que
1144 vem e todos sabemos que isso é um dado que espera-se que seja alcançado,
1145 todavia, não podemos ter certeza de que isso irá ocorrer de fato. E, finalmente,
1146 há uma previsão do PIB paulista de 1,5%. Devemos levar em conta que o PIB
1147 paulista é muito suscetível ao PIB nacional, quando o PIB nacional sobe, o
1148 paulista sobe mais ainda, quando o PIB nacional é pequeno, o paulista é
1149 menor. Olhando agora a previsão do orçamento para 2015, pela proposta
1150 orçamentária do Estado de São Paulo, o exercício de 2015 deve dar à USP um
1151 orçamento de R\$ 5.321.395.013. Isso corresponde a R\$ 4.838.711.073 de
1152 transferências do Tesouro paulista, já levando em conta a parcela referente à
1153 lei Kandir, também um adicional de R\$ 466.083.490 de recursos próprios e
1154 mais R\$ 16.600.450 de recursos vinculados do Governo Federal. Passando
1155 para Tabela 1, temos uma comparação entre os orçamentos iniciais de 2014 e
1156 os de 2015. Notem que na rubrica de 'Pessoal, reflexos e benefícios' há uma

1157 variação de cerca de 110,66% em relação a 2014, ou seja, temos 10% a mais
1158 em relação ao ano anterior. Olhando outros custeios e investimentos da
1159 Universidade, temos apenas 3,96% - novamente, são valores nominais
1160 relativamente ao ano de 2014 - e a reserva, que estava prevista com um gasto
1161 de R\$ 575.415 milhões para esse ano de 2014 - mas que já vimos que vai
1162 chegar a R\$ 1,1 bilhão -, está previsto para o ano que vem, uma diminuição de
1163 R\$ 845.286 milhões, então, no balanço geral, a última linha mostra que
1164 teremos em 2015 relativamente a 2014, valores nominais de cerca de 5,29%
1165 superior. Na tabela seguinte, temos uma comparação entre os valores orçados
1166 inicialmente para o ano de 2014 e os efetivamente realizados até o mês de
1167 outubro deste ano. Chama a atenção a diminuição da reserva - que está
1168 assinalado na cor vermelha - de cerca de R\$ 795.578 milhões e para fechar
1169 aquele R\$ 1,1 bilhão, que me referi anteriormente, temos restos a pagar que
1170 foram herdados de 2013, que não fizeram parte do ano de 2014, mas estamos
1171 honrando esses compromissos assumidos anteriormente, esse é um destaque
1172 importante desta tabela. Passando para tabela seguinte, temos uma
1173 comparação entre o orçamento realizado em 2014 e a distribuição
1174 orçamentária para 2015 e me parece importante salientarmos o efeito do PIDV.
1175 Estamos assumindo uma premissa de que o PIDV será bem sucedido e, para
1176 tanto, haverá um consumo das reservas de cerca de R\$ 400 milhões, todavia,
1177 espera-se que esse valor proporcione a diminuição do nosso gasto com folha
1178 em cerca de 6%. Só nesses primeiros meses do ano de 2015, teremos uma
1179 economia de R\$ 174.807 milhões que deixaremos de gastar com a rubrica de
1180 'Pessoal', se o PIDV for bem sucedido. Passando para a lâmina seguinte,
1181 temos uma estimativa de reservas financeiras da USP em 2014 e 2015. Notem
1182 que, na primeira linha, tínhamos uma reserva financeira, ou seja, um saldo
1183 bancário, de cerca de R\$ 2,562 bilhões e fomos consumindo isso com
1184 despesas excedentes. A receita do Tesouro do Estado de R\$ 1,1 bilhão, que
1185 são esses gastos dos restos a pagar herdados do ano de 2013 e os déficits
1186 orçamentários de 2014, de R\$ 795.578 milhões, totalizando R\$ 1,099 bilhão,
1187 sendo que temos uma receita financeira que é, essencialmente, resultado das
1188 aplicações das reservas financeiras de cerca de R\$ 241.036 milhões, ou seja, o
1189 saldo, no final de 2014, deverá ser da ordem de R\$ 1,7 bilhão. Olhando essa
1190 figura para o ano que vem, desse R\$ 1,7 bilhão estamos estimando que as

1191 despesas excedentes em relação ao que o Tesouro do Estado vai nos
1192 transferir serão da ordem de R\$ 983.095 milhões, então sairemos de 1,1
1193 bilhão, em 2014, para R\$ 983.095 milhões, em 2015. Isso porque, de um lado,
1194 temos restos a pagar já bem menores, apenas R\$ 137.809 milhões
1195 relativamente ao ano anterior, que foram de R\$ 304.191 milhões e, também,
1196 um aumento no déficit orçamentário produzido, essencialmente, pelo PIDV, de
1197 R\$ 795.578 milhões para R\$ 845.286 milhões. Conseqüentemente, como
1198 usamos a nossa reserva financeira, a receita financeira, ou seja, os juros que
1199 recebemos dessas reservas financeiras, não serão como em 2014, de R\$
1200 241.036 milhões, cairão para cerca de R\$ 159 milhões, em 2015. O balanço
1201 final é a reserva no final do ano que vem, que vai passar de R\$ 1,7 bilhão, em
1202 2014, para ficar em cerca de R\$ 879.791 milhões no ano que vem, ou seja,
1203 estamos consumindo a nossa reserva ano após ano, em decorrência dos
1204 déficits. Na lâmina seguinte, temos as metas para 2015. Vejam que a receita
1205 esperada do Tesouro é da ordem de R\$ 4.838,71 bilhões; as despesas com
1206 pessoal continuam acima da receita total do tesouro, R\$ 5.083,95 bilhões,
1207 despesas com outros custeios e capital está bastante comedido, apenas na
1208 faixa de R\$ 600,04 milhões. Isso trará aquele déficit que assinalei
1209 anteriormente, de R\$ 845,28 milhões, para o ano de 2015, e fará com que as
1210 nossas reservas ao final desse ano fiquem na faixa dos R\$ 879,79 milhões.
1211 Observem a evolução que temos dentro de uma base plurianual - é muito
1212 interessante não nos fixarmos apenas no ano de 2015, mas ter uma
1213 perspectiva de prazo um pouco mais longo - nesse caso, de mais 4 anos, de
1214 2015 a 2018 e, com isso, podemos perceber alguns indicadores importantes.
1215 No primeiro gráfico, a evolução das Receitas de Transferência do Estado que
1216 estavam sempre menores até 2015, pode, em 2016, dentro deste cenário que
1217 foi estimado, ser eventualmente superior às despesas de pessoal - a linha
1218 vermelha a partir de 2016. Isso fará com que tenhamos, em 2018, uma
1219 diferença que já será favorável, enquanto a estimativa para Transferência do
1220 Estado é de R\$ 5.976 bilhões, a despesa total da Universidade ficará na casa
1221 de R\$ 5.398 bilhões. Esse cenário é muito positivo. Por outro lado, sobre o
1222 comprometimento da folha, em relação à Receita de Transferência do Tesouro
1223 Paulista para a USP, teremos uma progressiva redução. Observem que em
1224 2014, temos um comprometimento na casa de 104% e, progressivamente,

1225 vamos reduzindo em 2015, ainda na faixa de 104%, mas, em 2016, 2017 e
1226 2018, conseguiremos algo na casa de 90% de comprometimento com a
1227 Transferência do Estado, o ICMS, essencialmente, com relação à folha de
1228 pagamento. Podemos observar que o déficit vem sendo reduzido dentro
1229 dessas perspectivas, ou seja, em 2014, estava em R\$ 1,1 bilhão; em 2015,
1230 passou a R\$ 980 milhões; em 2016, para R\$ 301 milhões; em 2017, para R\$
1231 212 milhões; e em 2018 - 5º ano -, para R\$ 115 milhões de déficit. A reserva
1232 financeira, que é o último gráfico, começa a perder a trajetória declinante
1233 apenas no ano de 2018, ou seja, as medidas que estamos tomando hoje
1234 poderão sinalizar uma melhoria da condição econômica financeira da
1235 Universidade somente a partir de 2018, se tudo andar bem. Na lâmina
1236 seguinte, temos uma memória de cálculo de pessoal e reflexos para os anos de
1237 2014 e 2015, em que na penúltima coluna temos o total para 2014 e a
1238 variação, na última coluna, indica o ano de 2015, onde no final dessa tabela os
1239 senhores poderão observar, de um lado o comprometimento do PIDV, um
1240 gasto de R\$ 400 milhões e uma economia de R\$ 174,81 milhões, ou seja, uma
1241 redução de gastos, fazendo com que o total, em 2015, fique na casa de R\$
1242 5.059,64 bilhões. Com isso, podemos perceber várias indicações, por exemplo,
1243 no ano de 2014, teve o abono de R\$ 73,39 milhões, que foi o que gastamos
1244 com o reajuste; com a carreira também teve aumento de folha e retroação -
1245 pagamento de valores anteriores - que também foram considerados. Passando
1246 para a lâmina seguinte, temos informações sobre o orçamento plurianual e o
1247 cenário utilizado tem algumas bases, premissas que foram adotadas, sendo a
1248 primeira delas, que o PIDV será exitoso. Também está prevista a manutenção
1249 do atual quadro de servidores que remanescerão depois do PIDV. Já estão
1250 sendo considerados reajustes salariais pelo índice de inflação e também o
1251 crescimento da dotação de orçamento de capital e custeio em linha com a
1252 inflação. Essas premissas farão com que, nesse cenário, as reservas da
1253 Universidade se estabilizem. No final de 2018, teremos uma reserva na casa
1254 dos R\$ 500 milhões e esse valor representa pouco mais que uma folha mensal
1255 para a USP. É um conforto relativo, mas essa foi a melhor posição que
1256 conseguimos desenhar para o orçamento. Esse cenário também leva em
1257 consideração o comprometimento com as despesas de pessoal. Isso indica
1258 que, ao final de 2018, estaríamos praticamente na faixa de 90% de

1259 comprometimento do orçamento recebido das transferências do Estado só com
1260 gastos de pessoal. Levando-se tudo isso em conta, esse cenário demonstra
1261 que as finanças da Universidade encontram-se em uma posição de fragilidade
1262 e, de certa forma, preocupante, porque, como falei anteriormente, vamos ter,
1263 se tudo correr bem, daqui há 4 anos, pouco mais que uma folha mensal de
1264 reserva e a reserva é muito importante para qualquer gasto imprevisto que a
1265 Universidade possa ter. A não verificação de uma ou mais dessas premissas
1266 utilizadas no cenário em tela poderão se traduzir no esgotamento das reservas.
1267 Quando? Em 2017 ou mesmo antes, a depender do que vai acontecer nos
1268 anos de 2015 e 2016. É basicamente isso que nós, membros da COP,
1269 gostaríamos de trazer para a consideração dos senhores e pedir a aprovação
1270 daquela utilização adicional da reserva para fazer face aos gastos que
1271 efetivamente estamos tendo ainda nesse exercício de 2014.” **M. Reitor:**
1272 “Agradeço ao Senhor Presidente da Comissão de Orçamento e Patrimônio do
1273 Co, Prof. Dr. Adalberto Fischmann. Entendo que todas as reuniões do Co são
1274 igualmente importantes, mas têm algumas que são mais importantes que
1275 outras, e essa é uma delas. Tenho a impressão que existe, nesse momento,
1276 suficiente serenidade de todos os conselheiros para olharem esses números e
1277 pensarem sobre eles, porque voltaremos aqui no dia 9 de dezembro p.f. para
1278 aprovarmos o orçamento da Universidade para o próximo ano. Mas nesse
1279 momento, estamos fazendo algo que é muito mais importante, estamos
1280 olhando para as perspectivas dos próximos anos e, embora o Prof. Adalberto
1281 tenha chamado atenção, é minha responsabilidade, como Presidente deste
1282 Conselho, reforçar alguns aspectos. Primeiro, é que se conseguirmos nos
1283 estabilizar financeiramente em 2018, certamente serei acusado de ter entrado
1284 em uma Universidade que tinha R\$ 3 bilhões de reserva e deixá-la com R\$ 500
1285 milhões, mas isto faz parte da vida. O que é mais importante é que a
1286 estaremos estabilizando de uma situação de extrema fragilidade. A história das
1287 três Universidades demonstrou que uma reserva confortável para garantir que
1288 a Universidade passe por oscilações, principalmente de arrecadação, variações
1289 da economia, etc. é pelo menos ter uma reserva que cubra três folhas de
1290 pagamento. Terminaremos com uma reserva que vai apenas cobrir uma folha
1291 de pagamento e não duas - 1,3 ou 1,2 uma coisa assim. Isto em si já deveria
1292 chamar a atenção de todos que estão aqui e alertá-los para todas as decisões

1293 que teremos que tomar de agora para frente. É, portanto, uma situação de
1294 grande fragilidade que, façam quantos discursos quiserem, se deve à nossa
1295 gestão de recursos humanos, um exagero de gastos com pessoal, em uma
1296 Universidade em que ninguém dirá que não há falta de professores - quase
1297 todos diretores de uma forma ou de outra já me abordaram na Reitoria
1298 querendo saber da perspectiva de contratação de professores. A resposta está
1299 nessa tela que o Prof. Adalberto projetou. Isto não é algo que depende da
1300 vontade, da visão do Reitor, depende da realidade dos números - não sei se os
1301 matemáticos são capazes de fazer mágica com eles - mas números que dizem
1302 respeito a recursos financeiros e não há matemáticos que façam milagres, que
1303 façam produzir mais recursos. É dentro dessa perspectiva que quero chamar a
1304 responsabilidade deste Conselho. Nenhuma decisão significativa de
1305 comprometimento de recursos dessa Universidade será feita pelo Reitor em
1306 qualquer aventura, a começar por reajustes salariais. Quem vai negociar
1307 qualquer tipo de reajuste, de benefícios para essa Universidade de agora para
1308 frente é o Co. E será uma decisão compartilhada com todos. É claro que há
1309 suspeita de que não somos capazes de fazer isso. O Prof. Carlos, Diretor do
1310 IAU, chamou atenção para um projeto de reforma constitucional da
1311 Constituição do Estado de São Paulo que, em essência, caça o nosso direito
1312 de definirmos, ou seja, caça a nossa liberdade. Isto não caiu do céu, caiu por
1313 uma convicção de muitos - correta ou não, não vou discutir isto - de que não
1314 somos capazes de lidar com nossos próprio recursos. Eu acho que somos.
1315 Gostaria que esse Conselho me ajudasse a demonstrar que somos capazes de
1316 lidar com nossos recursos. Tudo isso se faz não em um ambiente de grande
1317 abundância, de recursos crescentes, de um crescimento do PIB do Brasil e
1318 crescimento econômico do mundo, se faz em um cenário macroeconômico
1319 extremamente adverso. Portanto meus caros, ninguém espere do Reitor
1320 qualquer decisão com relação ao uso dos recursos da Universidade que não
1321 tenha sido votado nesse Conselho, por todos que estão aqui. Exemplos de
1322 desastres em empresas, estamos cansados de ver. Aquela história de que o
1323 raio não cai em mim duas vezes, cai sim. Já tive dois amigos que morreram,
1324 porque o raio caiu em cima.” A seguir, o M. Reitor abre a palavra para
1325 comentários e manifestações.” **Cons. José Antonio Visintin:** “Não sei se esse
1326 é o momento exato, mas há três reuniões atrás desse Co, discuti com o Prof.

1327 Rudinei a respeito de uma proposta. Vou fazer uma proposta e pode ser que
1328 ela não seja utilizada hoje, mas talvez possa ser pensada pela Universidade. O
1329 senhor falou de aventuras, vamos dizer que entram reitores, administradores e
1330 que a Universidade possa não cair em aventuras ou coisa desse nível. O
1331 senhor falou em três folhas de pagamento. Eu tinha sugerido ao Prof. Rudinei e
1332 expressei também agora, que a parte de recursos humanos da Universidade
1333 possa atingir o máximo de 80% do orçamento e que tenhamos uma reserva
1334 técnica mínima de três folhas de pagamento. E o que passar disso, ou coloca
1335 no Co, como o senhor falou, ou podemos discutir o que faremos. Acho que a
1336 Universidade, e mesmo o Reitor, não vão se aventurar em qualquer problema,
1337 essa Universidade não terá outros problemas. Quero dizer, os altos e baixos
1338 financeiros acontecem. Acho que asseguramos o futuro dessa Universidade.
1339 Não precisa ser atingido agora, o senhor está fazendo um plano para 2018,
1340 quem sabe a próxima gestão consegue botar no eixo esse orçamento e
1341 possamos atingir essa meta. Quando tínhamos 80% com folha de pagamento,
1342 tínhamos jogo de cintura, exatamente, com investimento. A Universidade não é
1343 uma escolinha de fundo de quintal, diria que 20% do orçamento da
1344 Universidade para investimento e custeio é pouco, mas não temos outra saída.
1345 Isso foi uma palavra do Prof. Goldenberg uns dias atrás: 'o único erro que
1346 cometi em 1989 foi não ter colocado no decreto 75% do orçamento como folha
1347 de pagamento'. Gostaria de fazer aos colegas do Co essa proposta, não sei se
1348 para hoje ou para discussão, o mais rápido possível, de 80%, no máximo, de
1349 folha de pagamento e que tenhamos no mínimo três folhas de pagamento
1350 como reserva técnica." **Cons. Marcos Nogueira Martins:** "Gostei muito da
1351 apresentação do Prof. Adalberto, mas queria fazer uns comentários, porque,
1352 conforme foi colocado, houve uma discussão sobre as diretrizes orçamentárias
1353 e o IF mandou várias sugestões, que, aparentemente, não foram
1354 contempladas. Entendo que a dotação básica e que o adicional de
1355 desempenho tenham sido suprimidos temporariamente, por conta da crise, mas
1356 como foi dito, esses critérios serão reintroduzidos na proposta de 2016, o que
1357 realmente espero que seja feito, porque isso não se refere a um problema geral
1358 do orçamento, mas a como dividimos o bolo que existe. Por pequeno que seja,
1359 terá que ser dividido e uma das coisas que me preocupa é que as unidades
1360 que têm cursos noturnos têm gastos maiores do que aquelas que não têm

1361 esses cursos, isso é um dos pontos que entra aqui nesses detalhes que foram
1362 suprimidos, mas esse tipo de coisa não pode ser esquecido. A outra coisa, diz
1363 respeito a uma espécie de projeto especial que existe em relação aos biotérios
1364 e seus gastos, que o IF já vem pedindo há bastante tempo, sobre o nitrogênio
1365 líquido, que é um insumo usado por diversas unidades, cuja compra para a
1366 capital é centralizada no IF, que isso seja colocado, assim como os biotérios
1367 têm uma verba própria de manutenção, que o nitrogênio líquido também tenha
1368 esse *status*. Mas, entra ano e sai ano e o nitrogênio líquido fica fora das
1369 diretrizes orçamentárias, de forma que gostaria de solicitar, mais uma vez, que
1370 isso seja incluído. E, só para finalizar, a tabela 6 desse documento, sei que a
1371 COP teve que trabalhar sem assumir nenhuma decisão do Co, porque
1372 tomamos a decisão de autorizar a alienação daqueles imóveis. Nessa tabela 6,
1373 que é a memória de cálculo da dotação orçamentária para 2015, tem o item
1374 que é alienação de bens e, pasmem, ali consta R\$ 20. Não sei se vocês vão
1375 vender um maço de papel para entrar R\$ 20 na dotação orçamentária, era
1376 melhor não ter gasto a tinta da impressora para ter que colocar isso, ou houve
1377 algum erro nessa tabela. Apenas queria chamar a atenção para esse detalhe,
1378 porque a somatória dos bens que autorizamos a alienação hoje somam mais
1379 de R\$ 40 milhões. De forma que esses R\$ 20 parecem ser um engano de
1380 ordem de grandeza.” **Vice-Reitor**: “Nitrogênio líquido é qual ordem de
1381 grandeza?” **Cons. Marcos Noqueira Martins**: “Esse ano foi da ordem de R\$
1382 400 mil para capital, mas tem São Carlos e outros *campi* também.” **Cons. José**
1383 **Antonio Visintin (aparte)**: “Só para confirmar essa proposta, foi decidido que o
1384 IF fará isso para todas as unidades. O ICB e várias unidades da Universidade
1385 usam esse nitrogênio líquido. É extremamente importante esse item, mas se
1386 cada Unidade fosse comprar ficaria complicado, pois sairia muito caro, por isso
1387 a compra foi centralizada no IF.” **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior**:
1388 “Minha fala é mais no sentido de buscar alguns esclarecimentos para
1389 podermos ter uma votação melhor em dezembro e mesmo uma preparação
1390 desses documentos todos. Pergunta de leigo, portanto, não tenho
1391 conhecimento de orçamento, mas o primeiro fato que me chamou a atenção foi
1392 o aparecimento dessa alínea - que não vi em anos anteriores - de ‘Recursos
1393 Próprios’. Penso ser um desejo de todos que possamos ter maior clareza dos
1394 valores que entram na Universidade, estou entendendo que esses recursos

1395 próprios, no total de R\$ 466 milhões são outras fontes, que não orçamentárias
1396 do Tesouro, então é aquilo que ninguém sabia, que achávamos que era um
1397 valor muito grande, que são esses R\$ 466 milhões, é uma grande vantagem
1398 esses documentos trazerem esse valor para regularização e para o
1399 conhecimento. O que talvez falte depois é falar para onde vai esse valor, da
1400 onde vem, detalhar melhor esse fato, mas já acho esse aparecimento muito
1401 favorável. Uma pergunta que tenho, em relação à mudança do ano 15 para o
1402 16 é que existem alguns resultados muito positivos nessa transição, o déficit
1403 cai dos R\$ 980 milhões para R\$ 300 milhões, a folha de pagamento cai 11%,
1404 quero dizer, o que vai acontecer de 2015 para 2016 que dará um resultado tão
1405 bom? Consegui entender o PIDV, mas são R\$ 400 milhões, ficam faltando
1406 ainda, pelo menos, R\$ 300 milhões pelas minhas contas.” **Secretário Geral:**
1407 “R\$ 400 milhões é o custo do PIDV, mas a redução da folha...” **Cons. Carlos**
1408 **Gilberto Carlotti Júnior:** “Sim, mas no ano de 2015 já se descontou R\$ 175
1409 milhões de redução da folha, então de 2015 para 2016 deixamos de gastar R\$
1410 215 milhões e economizamos R\$ 150 milhões.” **M. Reitor:** “E deixa de gastar
1411 os R\$ 400 milhões que estão sendo usados para pagar o PIDV.” **Cons. Carlos**
1412 **Gilberto Carlotti Júnior:** “Isso eu já computei.” **Vice-Reitor:** “R\$ 150 milhões é
1413 só o período que a pessoa se afastou, que em 2016 já serão os 12 meses.”
1414 **Cons. Carlos Gilberto Carlotti Júnior:** “Tudo bem, mas ainda faltam uns R\$
1415 200 ou 300 milhões. Pergunto se não estamos com um otimismo exagerado
1416 nesse plurianual, contando com um PIB de 2% ao ano; essa queda muito
1417 grande de 2015 para 2016 achei que foi um resultado brilhante. Outra pergunta
1418 minha é em relação aos projetos especiais de vários itens que são citados no
1419 orçamento, se não seria o caso de detalhar melhor esses valores, o dinheiro
1420 das Pró-reitorias e etc. Em relação às obras, fala-se em dar continuidade às
1421 obras existentes e fazer o plano plurianual de obras, quero dizer, o que
1422 exatamente seria esse plano de obras para o ano de 2016? Outra preocupação
1423 minha também é em relação à descentralização de despesas. Pelo que li na
1424 página 12, não haveria essa descentralização de despesas com limpeza, com
1425 segurança para as unidades, como foi falado anteriormente. Queria saber se
1426 isso realmente vai ser feito ou não, porque aqui fala em ‘as despesas das
1427 unidades, institutos e órgãos centrais com serviço terceirizados, veículos e
1428 manutenção de veículos, centralizados na reitoria e que fazem uso desses

1429 contratos poderão ser ajustados pela proposta das unidades entre diferentes
1430 finalidades', ou seja, você pode mudar, mas as despesas não iriam para as
1431 unidades, porque se for, reitero uma fala anterior minha, que será muito difícil
1432 para as unidades controlarem esses contratos. Nós não temos pessoal jurídico,
1433 porque em cada um desses contratos, o Tribunal de Contas levanta algum
1434 problema. Acho que seria muito difícil para as unidades os fazerem, além da
1435 forte pressão que os diretores vão receber em relação à limpeza e à
1436 segurança, individualmente dos docentes e a saída do Diretor vai tirar do seu
1437 orçamento e jogar nesses contratos, vai chegar uma hora que esse dinheiro vai
1438 suspender. E, não pedi docente para o Prof. Zago, mas gostaria de saber se
1439 existe o princípio de, pelo menos, a reposição de docentes, nesses próximos 4
1440 anos, porque algumas unidades terão uma perda muito grande, só na minha,
1441 perderemos cerca de mais de 30 docentes nesse período.” **Cons. Adalberto**
1442 **Américo Fischmann:** “Com relação aos recursos próprios, conforme o
1443 Professor Carlotti falou, temos uma receita de cerca de R\$ 466 milhões, que
1444 beneficiarão a Universidade. A transição de 2016, em relação a 2015-2014,
1445 também levando em conta aqueles parâmetros que estabelecemos como
1446 primícias, que sustentaram o orçamento plurianual. São informações que
1447 recebemos da Secretaria do Planejamento e trabalhamos com elas, se elas se
1448 materializarem, tudo bem, do contrário, é um dos riscos que estamos correndo
1449 porque estamos nos baseando em dados que nos foram fornecidos. Com
1450 relação ao plano de obras, de fato estamos procurando tocar aquelas obras
1451 que são mais necessárias, a Superintendência do Espaço Físico, na figura do
1452 Professor Nakao, está nos informando qual é a projeção de gastos para o ano
1453 de 2015-2016, com as obras que estão em andamento. Há obras que serão
1454 finalizadas nesses próximos anos e há outras que estão ainda pendentes de
1455 decisão, vamos ver como elas serão tocadas. Por exemplo, o nosso Anfiteatro
1456 Camargo Guarnieri é uma das obras consideradas fundamentais pela Reitoria,
1457 para que possamos fazer pleno uso desse anfiteatro. Mas isso não quer dizer
1458 que todas as obras que estão em andamento terão sua execução em
1459 prosseguimento. Estamos fazendo essa avaliação e o Professor Nakao,
1460 superintendente do Espaço Físico, oferecerá essas informações com maior
1461 detalhamento para a COP nesses próximos dias. Com relação à
1462 descentralização de despesas para as unidades, essa me parece que foi uma

1463 diretriz que foi adotada, e gostaria de confirmar isso com o Professor Rudinei e
1464 com o Peter Greiner se é isso mesmo, mas me parece que sim. Ou seja, a
1465 unidade poderá fazer essa contratação direta, se for o caso, muitas unidades
1466 tem pleiteado que essas contratações sejam feitas de forma direta e, nesse
1467 caso, esse recurso será transferido para as unidades. Entendo que as
1468 unidades que não farão essa contratação direta serão suportadas pelo
1469 orçamento central da Universidade. Imagino que uma unidade de menor porte
1470 possa ter dificuldade de fazer essa negociação. Mas me baseio, por exemplo,
1471 na minha unidade, e vejo que teríamos vantagens financeiras se fizéssemos
1472 algumas contratações diretamente, ao invés de ficarmos dependendo
1473 diretamente da Administração Central. Então, creio que isso poderá ser
1474 ajustado caso a caso. Finalmente, sobre a previsão para docentes, que foi um
1475 pleito colocado tendo em vista a aposentadoria iminente de vários docentes
1476 nos próximos quatro anos, seja pela compulsória, seja pela decisão de se
1477 aposentar previamente à compulsória, isso não está contemplado nesses
1478 valores. Esse é um dos pontos que nos deixa de mãos amarradas, como o
1479 Professor Visintin comentou anteriormente, temos uma margem de manobra
1480 extremamente reduzida para fazer em face de despesas dessa natureza, por
1481 exemplo, contratação de docentes em substituição àqueles que se
1482 aposentaram, seja pela compulsória ou por decisão própria no momento em
1483 que julgarem apropriado.” **M. Reitor:** “Primeiro, vamos ouvir o Professor
1484 Rudinei se há alguma complementação que ele queira fazer com relação a
1485 essa questão da descentralização de contratos. Quem sabe possa adicionar
1486 algum tipo de informação que pode ser útil para os diretores, principalmente.”
1487 **Prof. Dr. Rudinei Toneto Junior:** “Em relação aos contratos, hoje é a Reitoria
1488 que faz isso. Tem os contratos centralizados de acordo com as demandas das
1489 unidades, e então o dinheiro da unidade é repassado para a Reitoria. Essa
1490 prática continua. Mas a unidade tem a opção de, eventualmente, contratar
1491 diretamente, mas arcando com os recursos; ou pode ser feita a contratação pela
1492 Reitoria, em um contrato centralizado, ou, eventualmente, descentralizado, mas
1493 o custo continua sendo da unidade.” Algum Conselheiro pergunta, fora do
1494 microfone, se o orçamento continua o mesmo. **Prof. Dr. Rudinei Toneto**
1495 **Junior:** “Sim, mesmo orçamento, como é feito hoje. A única coisa é que haverá
1496 mais flexibilidade de escolher a forma como vão utilizar.” **M. Reitor:** “Isso

1497 faz parte de uma política geral, de tentar cada vez mais, descentralizar a
1498 gestão, as decisões, e assim por diante, para as unidades. Com relação a
1499 docentes, neste momento, não há previsão. Não há previsão para substituições
1500 de aposentados ou demissões. O que faremos é tomar algumas medidas que
1501 serão tímidas, obviamente, diante desse quadro que vimos, para quem sabe a
1502 partir do início de 2016, possamos ter algum alívio em termos de contratação
1503 de docentes. Trataremos dessa questão sob dois pontos de vista diferentes,
1504 mas que superpõe às duas missões centrais da Universidade. Uma delas, do
1505 ponto de vista de mérito, de grupos, de pesquisa, de produção, e assim por
1506 diante. E, ao mesmo tempo, trataremos sob outro formato, a questão de
1507 docentes necessários para os cursos de graduação. Não creio ser pertinente,
1508 neste momento, trazermos a memória do passado como parte das decisões,
1509 por exemplo, 'aposentaram-se quatro, preciso de quatro'. Quero dizer, em uma
1510 situação como essa, em que temos uma enorme restrição financeira, embora
1511 nutra expectativa de contratar alguns docentes, tenho a impressão de que
1512 essas contratações deverão se guiar por esta lógica. A lógica da produção de
1513 conhecimento, da participação da Universidade em problemas que são
1514 significativos do ponto de vista de ciência, tecnologia e, portanto, a entrada de
1515 pessoas novas na Universidade - não obrigatoriamente muito jovens, mas
1516 novos membros - talvez signifique um progresso nesse sentido. E, sob outra
1517 lógica, que é complementar, isto é, o que, de fato, precisamos? Desistam de
1518 fazer contas de horas/aulas, reformem os currículos, transformem os currículos
1519 em currículos modernos, usem todo o potencial que já existe. E assim
1520 trataremos da vinda, da aquisição de novos valores para a Universidade, para
1521 tratar, principalmente, das necessidades dos cursos de graduação. Não há
1522 outra maneira de fazer. Particularmente, contabilizar o número de pessoas que
1523 vão se aposentar ou que vão se demitir não é o melhor caminho para
1524 reformarmos este aspecto da Universidade. Podemos continuar. Lembro que
1525 precisaremos votar e aprovar - ou não - as diretrizes orçamentárias, porque é
1526 com base nelas que se faz o orçamento." **Cons.^a Tuani Guimarães de Ávila**
1527 **Augusto:** "Gostaria de fazer algumas considerações que ainda não foram
1528 feitas com relação às Diretrizes Orçamentárias. No item 8, que prevê o
1529 programa de expansão do ensino superior público do Estado de São Paulo,
1530 que pode ser atendido pela Universidade em parceria com o Governo, desde

1531 que tenham recursos do Estado alocados especificamente para este fim,
1532 questionamos se os aumentos de vagas dos anos recentes, que ainda causam
1533 reflexos nos aumentos das despesas da Universidade, também não devem ser
1534 alvo de alocação de recursos adicionais provenientes do Estado. Aqui, em
1535 letras bem diminutas, já somos esclarecidos que temos uma diminuição do
1536 repasse do ICMS com o programa de habitação de interesse social, por parte
1537 do Governo do Estado. Uma diminuição da ordem de meio bilhão de reais.
1538 Então, apenas 8% dos estudantes do ensino superior de São Paulo estão em
1539 universidades públicas, isso ocorre porque os sucessivos governos estaduais
1540 priorizam o ensino privado, em detrimento do ensino público, que permanece
1541 profundamente elitista. Desde 1995, as universidades estaduais paulistas
1542 recebem a mesma cota parte de 9,57% do Estado, referente à arrecadação
1543 anual do ICMS. Além de não haver um reajuste no repasse das universidades
1544 estaduais, um estudo recente realizado pela ADUSP aponta que no período de
1545 2008 a 2013, as estaduais paulistas deixaram de receber um total de dois
1546 bilhões de reais do Governo Alckmin, devido a descontos feitos antes da base
1547 dos cálculos de 9,57%, e dentro desses 9,57%, podemos ver, na última página,
1548 número 7, em letras diminutas, o programa que citei primeiro. No mesmo
1549 período, a USP ampliou o número de alunos matriculados nos cursos de
1550 graduação em 77,6%, já os cursos de pós-graduação, dos quais faço parte,
1551 cresceram 34%. A ampliação do número de vagas oferecidas ocorreu
1552 simultaneamente à expansão dos *campi* universitários. Em 2005, a USP
1553 inaugurou a EACH na zona leste de São Paulo. Também fizeram parte desse
1554 processo de expansão a incorporação da Faculdade de Engenharia Química,
1555 no *campus* de Lorena e a implantação de novas faculdades no *campus* de
1556 Ribeirão Preto. Foi prometido um aumento do repasse e o que tivemos foi uma
1557 diminuição. Na USP, ainda que o quadro de docentes e funcionários tenha
1558 crescido em 15,9% e 11,5%, respectivamente, foi um crescimento bastante
1559 tímido em relação à expansão da Universidade nas duas últimas décadas.
1560 Então, é de se colocar em pauta essa diminuição em alguns institutos, por
1561 exemplo, de 30 docentes com o PIDV e mais as aposentadorias. Esse é um
1562 item que não devemos esquecer. Na ausência de uma séria política de
1563 contratação, a USP tem terceirizado os funcionários dos serviços de
1564 segurança, limpeza e alimentação. Essa forma de contrato de trabalho implica

1565 em uma redução drástica de direitos trabalhistas e das condições de trabalho.
1566 Ou seja, temos um exemplo claro de precarização, decorrente da escassez de
1567 recursos públicos para manutenção adequada da instituição. Criticamos a
1568 expansão da Universidade sem investimento e qualidade, e suas implicações,
1569 mas defendemos a universalização do ensino superior público, gratuito e de
1570 qualidade, o que pressupõe, necessariamente, um aumento dos investimentos
1571 públicos em educação, de modo transparente e adequado para romper
1572 definitivamente com o caráter elitista do ensino superior paulista. Nesse
1573 sentido, somamo-nos à bandeira histórica do aumento repasse. Somamo-nos
1574 à bandeira histórica das entidades representativas de funcionários, professores
1575 e estudantes das três universidades estaduais paulistas, por 11,6% do ICMS
1576 para a educação superior paulista. Diante disso, a não negociação com o
1577 Governo do Estado, nos traz prejuízos imediatos à atividade fim desta
1578 instituição.” **Cons. Benedito Honório Machado:** “Cumprimento o Professor
1579 Adalberto por fazer simples algo que é complicado. Dediquei-me à leitura do
1580 caderno II, tabela 5, quanto ao orçamento plurianual, e há uma questão que
1581 para mim não ficou clara. A receita própria da USP, que está na tabela 6, para
1582 proposta de 2015, corresponde a R\$ 482 milhões. Não ficou muito claro na
1583 apresentação do Professor Adalberto, se isso será incluído no orçamento
1584 nessa programação financeira, ou se há alguma restrição contábil para que
1585 esses R\$ 482 milhões sejam também contabilizados nessa programação
1586 financeira de 2014 a 2018. Em caso afirmativo, esses R\$ 480 milhões em
1587 média, ao longo de cinco anos, se for possível o investimento, evidentemente
1588 terá um impacto positivo, de tal forma que, ao invés da taxa média de R\$ 690 a
1589 R\$ 570 milhões, como reserva, isso pode ser pelo menos o dobro, ou talvez até
1590 o triplo, se essa receita puder ser entendida como uma poupança, realizada
1591 pela própria Universidade. É esse esclarecimento que gostaria de ter. E uma
1592 outra questão, também ao Professor Adalberto, é que nos pede para assinar
1593 um cheque de R\$ 304 milhões, coisa que, como bom devedor, devemos
1594 reconhecer a dívida e deveremos pagá-la. Mas, gostaria de saber a quem
1595 devemos e o que devemos. Acho que isso é razoável para qualquer devedor,
1596 em qualquer cenário econômico.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:**
1597 “Peço desculpas, mas o primeiro não acompanhei com clareza, mas quanto ao
1598 segundo ponto, sobre a quem devemos, isso certamente poderá ser informado.

1599 Não tenho essa informação aqui comigo, mas o senhor tem toda razão e
1600 poderemos oferecer essa inflação.” **Cons. Benedito Honório Machado:**
1601 “Quanto à primeira questão, suponho que nos próximos quatro ou cinco anos, a
1602 receita própria da Universidade deve girar em torno desse montante previsto
1603 para 2015, a saber, R\$ 482 milhões. Pelo menos essa é a minha interpretação
1604 de leigo e que gostaria de conhecer esse cenário. Primeiro, a Universidade
1605 pode fazer uso desses recursos? Segundo, ele pode ser investido? Em caso
1606 afirmativo, se me planejar ao longo dos próximos quatro ou cinco anos, com
1607 uma receita própria entre R\$ 450 e R\$ 500 milhões, temos um cenário menos
1608 dramático. Esse é o esclarecimento que gostaria de ter.” **Prof. Dr. Rudinei**
1609 **Toneto Júnior:** “Quanto à tabela 6, essa informação vem do orçamento do
1610 Estado. O Estado nos passa essa informação baseado em um histórico desses
1611 valores. Na realidade, esse valor tende a decair, porque grande parte dessa
1612 receita é a receita financeira que a Universidade tinha, porque vinha na faixa de
1613 300/350 milhões de reais, e conforme a reserva vai caindo, essa receita
1614 financeira vai diminuindo. Já estamos na faixa de R\$ 159 milhões, conforme vai
1615 diminuindo, essa receita financeira vai sendo menor. Então, na realidade, essa
1616 é uma estimativa do Estado, a tendência não é aumentar porque receita
1617 financeira cai. A receita financeira é a maior parte dessa receita própria. A outra
1618 parte da receita própria tem algumas vinculações. Por exemplo, temos aqui
1619 dados de convênios, do SUS, de receita industrial, cuja receita já é vinculada a
1620 uma determinada atividade, por isso já recebo vinculada a uma prestação de
1621 serviço. De forma que não é uma receita totalmente livre. A receita livre que a
1622 Universidade pode usar é a receita financeira. Se pegarmos a tabela das
1623 variações, a nossa receita financeira é em torno de R\$ 160 milhões. É que o
1624 Estado nos passa esse valor com base em estimativas históricas da
1625 Universidade. A maior parte já está comprometida, porque é dinheiro
1626 vinculado.” **M. Reitor:** “Eles não são virtuais, eles entram com uma destinação
1627 específica. São vinculados. A receita financeira é que fez com que o Estado
1628 estimasse, tendo em vista esse passado, que temos uma receita financeira
1629 significativa. Portanto, está estimando uma receita própria elevada. Na
1630 verdade, o que está acontecendo é que ela está caindo rapidamente, em
1631 consequência da redução da reserva.” **Cons. Benedito Honório Machado:**
1632 “Perfeito, com relação aos investimentos, para mim está claríssimo o que foi

1633 apontado. Agora, o fato dessas outras pontes já estarem comprometidas, a
1634 Universidade - pelo menos a Administração Central - não tem acesso a esses
1635 recursos. Isso impõe, necessariamente, que a Universidade passe a considerar
1636 também, como receitas virtuais, toda a captação de dinheiro de projetos de
1637 pesquisas do corpo docente da universidade, via FAPESP, CNPq, CAPES,
1638 FINEP e outras agências que estão vinculadas aos projetos dos docentes.
1639 Dinheiro esse que não viria espontaneamente para a Universidade se não
1640 fosse o empenho e a dedicação desse corpo docente. Como tal, recomendo à
1641 COP que esses valores dos projetos captados pelos docentes, uma vez que
1642 não são - assim como as receitas próprias - acessíveis para gestão financeira
1643 da Universidade, sejam pelo menos denominados, de tal forma que
1644 poderíamos ver que o cenário da Universidade é muito diferente do ponto de
1645 vista financeiro, uma vez que a captação dos recursos, pelos docentes, que
1646 segundo essa lista recente, ganham muito bem, fazem jus a essa
1647 remuneração, porque vão buscar os recursos que não viriam para essa
1648 Universidade.” **M. Reitor:** “Tudo bem, tudo isso é muito bonito, mas não
1649 resolve o nosso problema. Qualquer maquiagem não resolverá a questão
1650 central: que estamos gastando muito com pessoal. Nenhuma maquiagem que
1651 façamos resolverá o nosso problema.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:**
1652 “Entendi seu ponto de vista, Professor Benedito.” **Cons. Luiz Silveira Menna**
1653 **Barreto:** “Quero trazer algo à tona, no cenário dessa discussão, que no fundo,
1654 é um exercício de futurologia, onde algumas coisas são previsíveis e outras
1655 nem tanto. Uma que é perfeitamente previsível e gostaria que merecesse a
1656 devida atenção e destaque deste Conselho e, particularmente, da Reitoria, são
1657 os compromissos assumidos com a desinterdição do *campus* da USP Leste.
1658 Há uma despesa considerável ali, que precisa ser honrada, em função de
1659 exigências, tanto da justiça quanto das agências ambientais. Gostaria que isso
1660 fosse devidamente levado em consideração na proposta orçamentária.” **M.**
1661 **Reitor:** “Isso, quando for determinado pela justiça, será executado. No
1662 momento, não há como sequer prever esses gastos.” **Cons. Bruno Sperb**
1663 **Rocha:** “A explicação do Professor Adalberto Fischmann mostra algumas
1664 coisas que não são novidades e vem sendo ditas aqui há algum tempo.
1665 Previsão de estagnação econômica, queda do ICMS, que a folha de
1666 pagamento está crescendo, que a reserva está caindo. O cerne da questão é

1667 que se possa avaliar - que toda a comunidade universitária e toda a sociedade
1668 possam avaliar - a exata situação do orçamento da Universidade, a partir do
1669 acesso total e completo aos dados brutos, não às alíneas, pois isso não diz
1670 respeito, sequer, às previsões. Mesmo ao passado, se possa saber
1671 exatamente com o que se gasta o dinheiro da Universidade. E o segundo
1672 ponto, que talvez seja o centro do ponto principal da questão, é que não há
1673 como apresentar uma saída que não seja o desmonte e a precarização da
1674 Universidade, que é o sentido geral dessas diretrizes orçamentárias, a não ser
1675 entrando na discussão que esse Conselho Universitário segue se negando a
1676 fazer, que é a necessidade de buscar o aumento de repasse de verbas
1677 públicas e de financiamento público para a Universidade pública. Diga-se de
1678 passagem, discussão essa que esse Conselho Universitário se nega a fazer e
1679 que o Conselho Universitário da UNESP, recentemente, fez e aprovou. Estou
1680 longe de ser alguém que vai elogiar o Conselho Universitário da UNESP, mas
1681 até o Conselho Universitário da UNESP reconheceu a necessidade de encarar
1682 o problema do funcionamento das contas das universidades, do ponto de vista
1683 da necessidade de financiamento público para a educação pública e para a
1684 pesquisa pública. Sem isso, só se pode apresentar variações do que é esse
1685 plano de diretrizes orçamentárias, que significa um enorme impacto no ensino
1686 e nas pesquisas das unidades, principalmente nos cursos noturnos. Já faltam
1687 funcionários e professores em muitos cursos e em muitos órgãos dessa
1688 Universidade, e não se prevê nenhuma contratação - faço coro com a fala da
1689 Conselheira Tuani, no panorama que ela traçou. E não só o número de alunos
1690 matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação aumentou muito - o
1691 de graduação dobrou e o de pós-graduação mais do que dobrou - nos últimos
1692 20 anos e, no mesmo período, o número de professores permaneceu
1693 praticamente o mesmo - teve um ligeiro aumento de 4% -, o número de
1694 funcionários caiu 7%. Ainda assim é o número de funcionários o 'bode
1695 expiatório' do ponto de vista da Reitoria da Universidade em relação ao
1696 problema orçamentário. Faltam bolsas estudantis, falta permanência estudantil,
1697 e tudo isso só piora com essas diretrizes orçamentárias. Entre os trabalhadores
1698 da Universidade, os primeiros atingidos estão entre aqueles 5 mil trabalhadores
1699 terceirizados, que a companheira também mencionou, que por um lado estão
1700 sendo cortados, demitidos, transferidos, ainda que por outro lado, o peso

1701 relativo da terceirização da Universidade só aumente ano a ano.
1702 Recentemente, também foi divulgado que a Universidade tem hoje 28 mil
1703 estudantes inscritos em cursos pagos, o que é uma proporção escandalosa, eu
1704 mesmo me surpreendi, porque sabendo que era um problema grande, não
1705 sabia que era um problema tão grande assim, se você comparar esse número
1706 com o total de alunos matriculados em cursos gratuitos de graduação e pós-
1707 graduação na Universidade. Ou seja, boa parte do ensino na Universidade já
1708 foi privatizada. Agora, também não se sabe - porque esses cursos não são
1709 nem um pouco baratos - quanto que se ganha com eles, pois é só uma
1710 pequena parcela disso que entra e aparece aí como receita própria, recursos
1711 próprios, ou alguma coisa parecida com isso. Porque a grande maioria disso
1712 fica com as fundações privadas que oferecem a maioria das vagas de ensino
1713 de especialização, inclusive de graduação, com a estrutura física e os recursos
1714 humanos da Universidade. Frente a isso, só poderia me manifestar contra
1715 essas diretrizes orçamentárias e apontar mais uma vez o problema que esse
1716 Conselho Universitário se nega a tratar, mantendo uma posição de conivência
1717 com a posição do Governo do Estado, que é manter, desde 1995, a mesma
1718 destinação de recursos para as Universidades Estaduais Paulistas, quando
1719 elas cresceram muito e diga-se de passagem, com os recursos necessários,
1720 precisariam crescer muito mais.” **Cons. José Renato de Campos Araújo:**
1721 “Tenho apenas três pontos de esclarecimentos. Primeiro, na proposta de
1722 Diretrizes Orçamentárias, há uma previsão de reposição da inflação da ordem
1723 de 4,5% e nos parâmetros está colocado como índice de futuras reposições
1724 salariais à FIPE e, mais à frente, esse índice não aparece mais nenhuma vez.
1725 Gostaria de prever como será em maio a negociação salarial, de ter um
1726 compromisso na proposta orçamentária da USP, que pelo menos um dos
1727 índices de inflação - pode ser o da FIPE ou outro qualquer - seja a regra, ou
1728 seja, já apontando que nos próximos quatro anos este será utilizado, ou que,
1729 pelo menos, isso será levado ao CRUESP, para negociar a reposição salarial,
1730 o dissídio. Porque maio já está chegando e sabemos que é sempre uma
1731 questão explosiva. Como representante de três mil professores, acho essa
1732 questão extremamente importante para nós. Sei que o segundo
1733 questionamento que vou fazer é algo muito recente, acho que não daria nem
1734 tempo da COP ter pensado, mas gostaria de saber o impacto da aplicação do

1735 teto constitucional, já que temos 1.972 funcionários docentes e não-docentes
1736 que ganham acima do teto e, pelas matérias que saíram na imprensa - não só
1737 na Folha de São Paulo -, o Professor Zago disse que vai aplicar, muito
1738 corretamente, após publicação do acordo do Supremo Tribunal Federal. Mas,
1739 obviamente, em 2015, em algum momento, esse corte vai acontecer. A
1740 discussão se o teto é esse ou outro é um segundo momento. Gostaria de saber
1741 se já há algum estudo, alguma previsão sobre o impacto desse corte, já que
1742 estamos em um momento de crise. E a terceira questão é para reforçar o
1743 pedido de maior detalhamento a respeito das receitas próprias, qual é a origem
1744 dessas receitas. Acho uma informação muito importante, não apenas para nós,
1745 como conselheiros, mas para toda a sociedade paulista.” **M. Reitor:** “É
1746 importante responder ao Conselheiro José Renato dois aspectos. Primeiro, a
1747 questão da previsão de reajustes entra nas propostas orçamentárias para nos
1748 autorizar a fazer isso. De fato, como será feito e em que medida, será feito
1749 nesse Conselho, como já disse e repeti: daqui para frente sempre será assim.
1750 Isto é, não vou levar propostas ao CRUESP, vou ouvir o Conselho
1751 Universitário. Segundo aspecto, o impacto da aplicação estrita do teto
1752 constitucional neste momento aos salários da USP representaria uma redução
1753 de 0,7% da massa salarial. Fundamentando o que disse na entrevista, não
1754 resolve a situação da USP.” **Cons. Valdecir de Assis Janasi:** “É uma
1755 solicitação à COP para preparação da proposta orçamentária, referente ao item
1756 'Viagens Didáticas', o qual é bastante sensível para minha unidade, Instituto de
1757 Geociências. Há uma proposta de mudança de que esse item seja transferido
1758 para a Pró-Reitoria de Graduação. Ele, até então, era parte das reservas
1759 específicas. A solicitação é para que, ao ser transferido esse item, sejam
1760 alocados, explicitamente, os recursos para ele na proposta, para que não
1761 dispute com outras verbas da Pró-Reitoria de Graduação. Neste ano, a verba
1762 desse item foi de R\$ 3.315.000,00, já é uma redução de 33% em relação ao
1763 ano anterior, mas devo dizer que foi suficiente, pelo menos em nossa unidade.
1764 As viagens de campo transcorreram normalmente, foi possível atender a isso.
1765 Não sei como foi a execução total do item. De qualquer forma, dado que este é
1766 um item que tem ajustes, normalmente, iguais ou acima da inflação, a
1767 solicitação é que, se possível, ele fique acima dos 4%, que são previstos para
1768 'Outros Custeios e Capital’.” **M. Reitor:** “Temos mais um inscrito, depois

1769 encerramos e passamos à votação. Quero fazer um acordo para ver se
1770 conseguimos votar pelo menos os Cadernos III, IV e V, pois é um único
1771 assunto e relacionado, que é importante e já deveria ter sido votado. Assim,
1772 encerraremos a reunião e transferiremos os outros itens para a próxima
1773 reunião.” **Cons. Phillipe Pessoa de Santana:** “Quero reforçar que o Conselho
1774 de Reitores da Universidade de São Paulo, em 10 de setembro de 2014,
1775 enviou um ofício à Secretaria de Ciência do Estado de São Paulo, solicitando
1776 revisão dos repasses orçamentários da Universidade, em virtude do seu
1777 crescimento, da absorção de outras unidades, e no total isso mudaria o
1778 repassar das universidades paulistas de 9,57% para 9,90%. O aumento para a
1779 USP, particularmente, seria de 0,13%. Em que pese que a Reitoria se
1780 manifestou nesse documento, é importante que o Conselho Universitário dessa
1781 Universidade também se manifeste nesse sentido, se vamos ou não solicitar
1782 aumento dos repasses à Universidade de São Paulo. Se é o Conselho
1783 Universitário o responsável, agora, por todo ajuste salarial na Universidade,
1784 também temos que ter a responsabilidade de avaliar o interesse econômico e a
1785 conjuntura econômica, inclusive do Estado. Sabemos que tem a dívida do
1786 Estado de São Paulo com a União e isso pode ser negociado, isso está no
1787 cenário político. Então, é fundamental que pautemos isso no Conselho
1788 Universitário, talvez até como emenda às Diretrizes Orçamentárias aprovadas
1789 hoje. Quero fazer esse pedido à Mesa, não sei como é possível, mas gostaria
1790 de ter uma pequena avaliação. Mais do que isso, muito rapidamente, quero
1791 expor uma preocupação quando o Reitor fala, principalmente, aos Diretores,
1792 sobre as reformas curriculares na Universidade de São Paulo. Não fiz
1793 graduação nesta Universidade, mas entendo como é a formação dela. Vim de
1794 uma universidade federal que parte de alguns princípios filosóficos que são
1795 pilares, o tripé ensino-pesquisa-extensão está entre eles. Preocupa-me quando
1796 se fala em mudança no currículo, particularmente, quando não se define o que
1797 seriam, exatamente, universidade moderna e currículo moderno. É importante
1798 que tenhamos uma formação, na universidade, que seja qualificada, e não que
1799 seja como nas universidades particulares, onde você tem o menor uso de
1800 docentes e funcionários, o menor tempo de laboratório e menor tempo de
1801 formação dos estudantes. Mão-de-obra qualificada é o engenheiro que
1802 consegue entender de sociologia, biologia, filosofia e aplicar seus

1803 conhecimentos ao uso da sociedade, inclusive para o desenvolvimento deste
1804 país, para que este possa crescer.” **Cons.^a Mariana Nunes de Moura Souza:**
1805 “Quero louvar o esforço da COP em ampliar os números, a transparência,
1806 como outros professores falaram, essa questão dos recursos próprios é muito
1807 importante para avaliarmos a situação financeira da Universidade, e o fato
1808 desses números estarem disponíveis é bastante louvável. Por outro lado, essa
1809 proposta de dotação orçamentária feita pela COP e endossada pela Reitoria,
1810 prevê que em 2018 teremos uma Universidade sem crise financeira. Vai ter
1811 saído do problema financeiro, a partir dessas propostas feitas pela COP. Está
1812 muito bonito o orçamento, mas gostaria de lembrar ao Conselho Universitário
1813 que esses recursos que estão sendo planejados para o ano que vem são
1814 referentes aos recursos que foram aprovados para este ano. E os recursos que
1815 foram aprovados para este ano sofreram um corte brutal em relação ao que
1816 vinha sendo aplicado na Universidade até o ano passado. Em reunião recente
1817 na Pró-reitoria de Pós-Graduação, ficamos sabendo que a Pró-reitoria de Pós-
1818 graduação sofre um corte de 80% em seu orçamento neste ano. Caiu de R\$ 7
1819 milhões para menos de R\$ 1 milhão. Se pressupomos que os investimentos
1820 para o próximo ano, como estão escritos na página 15, terão um crescimento
1821 de 3,96% em relação ao orçamento inicial de 2014, esse crescimento de 3,96%
1822 será em cima de um corte de 80%. Então, esse orçamento previsto para o
1823 próximo ano já foi em cima de um corte, e esse corte trouxe muitos problemas
1824 para a Universidade. O fato de termos passado quatro meses em greve neste
1825 ano parece não ter refletido nas falas dos conselheiros hoje. Gostaria que o
1826 aumento do repasse para a Universidade fosse considerado pelos
1827 conselheiros. O documento foi assinado pelo Reitor e entregue na Assembleia
1828 Legislativa, mas gostaria de endossar a proposta de que seja analisado
1829 novamente essa questão do aumento do repasse.” **M. Reitor:** “Antes de
1830 ouvirmos o próximo inscrito, quero lembrar, em primeiro lugar, que o corte do
1831 orçamento em 2014 não foi brutal, não foi de 80%. Foi de 30% para as
1832 unidades, levando aos valores de 2010, corrigidos pela inflação. Não há
1833 programas de atividade fim desta Universidade que foram, de alguma forma,
1834 interrompidos por falta de recursos. Se há, gostaria de ser informado. Outra
1835 informação relevante para todos os diretores é que este ano, contrariamente ao
1836 que houve na transição do ano passado para este ano, não haverá o ‘rapa’. De

1837 fato, do ponto de vista formal, ele terá que ocorrer, pois isto é exigência dos
1838 controles orçamentários do Governo, mas serão devolvidos integralmente.”

1839 **Cons. João Cyro André:** “Inicialmente, gostaria de falar da apresentação feita
1840 pelo Professor Adalberto. Achei extremamente esclarecedora e, como não
1841 poderia deixar de ser, ela é abrangente. Penso que é como devemos tratar
1842 desse assunto. Quero chamar a atenção para um aspecto que venho
1843 discutindo há bastante tempo. A USP recebe o equivalente a 10% do
1844 orçamento do Município de São Paulo,. Se olharmos as necessidades do
1845 Município de São Paulo, percebemos que é muito difícil justificarmos aumentos
1846 nas alíquotas da Universidade, sem fazermos um trabalho de gestão que seja
1847 extremamente cuidadoso. Tenho um receio que um simples aumento para
1848 resolver os problemas que temos agora implicará que daqui há quatro anos,
1849 sem medidas cuidadosas que temos neste momento, estaremos na mesma
1850 situação. Portanto, essa situação de crise que se apresenta agora tem que ser
1851 resolvida no âmbito desta Universidade, em particular com a atuação desse
1852 Conselho. Segunda questão, quero continuar o que começou o Professor
1853 Visintin em sua fala. A independência administrativa financeira e acadêmica
1854 deve estar acompanhada de uma responsabilidade na gestão fiscal, nos
1855 termos da Lei Complementar nº 101/2000, ou seja, há que haver limites para
1856 os gastos com pessoal, coisa que nunca incluímos. Então, entendo que dentro
1857 das Diretrizes Orçamentárias, deve ser incluído um plano de limites para gasto
1858 com pessoal, que permita, em um determinado horizonte, que atinjamos um
1859 valor que deve variar entre 80% e 90%, em função do que esta Universidade
1860 dirigir. As características de uma universidade exigem investimentos em
1861 pessoal, mas tenho a impressão que, do jeito que estamos, é impossível
1862 sobreviver nas próprias circunstâncias em que estamos envolvidos, em função
1863 da situação que a USP está colocada dentro da mídia e da população. Mais do
1864 que a mídia, a população também tem cobrado muito uma gestão cuidadosa da
1865 gente. Portanto, parece-me que estabelecer um teto para as despesas com
1866 pessoal deva ser explicitamente estabelecido, principalmente, considerando
1867 que se pretende que este seja um plano que leve em consideração a
1868 plurianualidade, uma perspectiva de 2018. Faço eco ao Professor Visintin e
1869 considero que a fala do Professor Goldemberg foi das mais lúcidas de todas
1870 aquelas que comentaram na mídia escrita. A outra questão que quero colocar é

1871 sobre a expansão do ensino superior. Tive a oportunidade de acompanhar a
1872 expansão da USP Leste, Faculdade de Direito de Ribeirão Preto, Escola de
1873 Engenharia de Lorena – talvez tenha esquecido de alguma – e, em nenhum
1874 momento foi negociado com o Governo do Estado de São Paulo, e dentre elas,
1875 algumas eram estratégicas para a USP, outras eram estratégicas para o
1876 Governo do Estado. Acho que todas essas expansões devem vir
1877 acompanhadas, não de uma verba específica, mas do valor para implantação
1878 física, e mais um valor correspondente para garantir a sustentabilidade
1879 financeira. Portanto, tenho uma segunda proposta: que qualquer expansão que
1880 se faça dentro da Universidade de São Paulo, faça-se com o aumento da
1881 alíquota do ICMS para garantir a sustentabilidade financeira do processo.” **M.**
1882 **Reitor:** “Para encerrar, passo novamente a palavra ao Professor Adalberto
1883 Fischmann para fazer as complementações que julgar necessário antes de
1884 passarmos à votação.” **Cons. Adalberto Américo Fischmann:** “Anotei várias
1885 observações que foram feitas aqui, algumas requererão esclarecimentos em
1886 futuras reuniões, que não deixaremos de fazer. Agradeço enormemente as
1887 palavras finais do Conselheiro João Cyro André, da Escola Politécnica, porque
1888 sinaliza uma preocupação muito forte com o futuro das nossas decisões.
1889 Temos sido acusados de não cobrarmos aumentos de transferência do tesouro
1890 paulista para a Universidade, mas acho que agora é tarde reclamarmos por
1891 isso. Se olharmos a economia paulista e, sobretudo, as outras áreas
1892 consumidoras de recursos, teremos muita dificuldade de retirar dinheiro de
1893 outras aplicações como saúde, transporte, segurança, habitação, etc., para
1894 favorecer a Universidade de São Paulo. Pela fala do Conselheiro João Cyro
1895 André, entendo que é uma medida de cautela que sinalizemos qualquer
1896 expansão com a necessária explicitação de custos que esta possa trazer para
1897 o orçamento da Universidade. Mas, isso é uma medida que devemos tomar
1898 mais para frente. Do ponto de vista de demais informações, foram cobradas
1899 informações de dados brutos. Confesso que o grande trabalho que a COP teve
1900 foi justamente o de sumarizar esses dados para não trazer tabelas e mais
1901 tabelas de dados brutos que não seriam, de forma alguma, compreendidas
1902 pelos conselheiros. Tivemos um trabalho muito árduo, na COP, de procurar
1903 consolidar e facilitar a compreensão de dados, pois se trouxéssemos dados
1904 brutos, estaríamos ainda na segunda tabela. Penso que esses são os

1905 principais pontos que gostaria de comentar e, certamente, complementar
1906 informações em reuniões futuras, com esses dados que foram solicitados e que
1907 me parecem interessantes de apresentarmos.” Ato seguinte, o M. Reitor passa
1908 à votação. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 85
1909 (oitenta e cinco) votos, Não = 9 (nove) votos, Abstenções = 1 (uma), total de
1910 votantes = 95 (noventa e cinco). É aprovada a proposta de Diretrizes
1911 Orçamentárias da USP para 2015. Em seguida, por proposta do M. Reitor,
1912 passa-se à discussão dos Cadernos III e IV. **CADERNO III – ALTERAÇÃO DO**
1913 **REGIMENTO GERAL (quorum: decisão da CLR de 03.06.1997 – maioria**
1914 **absoluta = 61) 1. PROCESSO 2014.1.14668.1.2 – PRÓ-REITORIA DE**
1915 **GRADUAÇÃO** - Proposta de alteração dos incisos III e IV do artigo 39 do
1916 Regimento Geral, em decorrência da minuta de Resolução que estabelece
1917 normas para a análise de estruturas e alterações curriculares dos cursos de
1918 graduação da USP. - **Parecer do CoG:** aprova a minuta de Resolução que
1919 estabelece normas para a análise de estruturas e alterações curriculares dos
1920 cursos de graduação da Universidade de São Paulo (03.07.14). - **Parecer da**
1921 **PG:** sob o ponto de vista jurídico, aponta que a realização das modificações
1922 aprovadas pelo CoG depende de alteração de alguns dispositivos do
1923 Regimento Geral e do Regimento do Conselho de Graduação (31.07.14).
1924 **Texto atual:** Artigo 39 – À Congregação compete: III – aprovar as alterações
1925 curriculares de seus cursos definidas para deliberação na Unidade, que não
1926 impliquem em reformulação do curso nem em modificação do projeto
1927 pedagógico e os programas das disciplinas ministradas pelas Unidades; IV –
1928 propor ao CoG a criação ou reformulação de cursos, habilitações ou ênfases, a
1929 criação/inclusão e extinção/exclusão de disciplinas, alteração da duração ideal,
1930 mínima e máxima de cursos, alteração do nome dos cursos, habilitações ou
1931 ênfases e modificação nos projetos pedagógicos dos cursos; **Texto proposto:**
1932 Artigo 39 – À Congregação compete: III – aprovar as alterações curriculares de
1933 seus cursos, salvo as previstas entre as de competência do CoG; IV – propor
1934 ao CoG alterações de nomes de cursos, habilitações ou ênfases, modificações
1935 da duração ideal, mínima ou máxima de cursos, bem como a criação e a
1936 extinção de habilitações ou ênfases; - **Parecer da CLR:** aprova o parecer do
1937 relator, Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci, favorável à alteração do
1938 Regimento Geral, em decorrência da minuta de Resolução que estabelece

1939 normas para a análise de estruturas e alterações curriculares dos cursos de
1940 graduação da USP, (29.10.14). - Minuta de Resolução preparada pela
1941 Secretaria Geral. **CADERNO IV – ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA**
1942 **GRADUAÇÃO - 1. PROCESSO 2014.1.14668.1.2 – PRÓ-REITORIA DE**
1943 **GRADUAÇÃO** - Proposta de alteração do inciso III do artigo 4º do Regimento
1944 do Conselho de Graduação, em decorrência da minuta de Resolução que
1945 estabelece normas para a análise de estruturas e alterações curriculares dos
1946 cursos de graduação da USP. **Parecer da PG:** sob o ponto de vista jurídico,
1947 aponta que a realização das modificações aprovadas pelo CoG depende de
1948 alteração de alguns dispositivos do Regimento Geral e do Regimento do
1949 Conselho de Graduação (31.07.14). **Texto atual:** Artigo 4º – Compete, ainda,
1950 ao CoG: (...) III – aprovar a criação ou reformulação de cursos, habilitações ou
1951 ênfases e a criação ou extinção de disciplinas, propostas pelas Unidades;
1952 **Texto proposto:** Artigo 4º – Compete, ainda, ao CoG: (...) III – aprovar
1953 propostas das Unidades de alterações de nomes de cursos, habilitações ou
1954 ênfases, de modificações da duração ideal, mínima ou máxima de cursos, bem
1955 como de criação e extinção de habilitações ou ênfases; **Parecer da CLR:**
1956 aprova o parecer do relator, Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci, favorável à
1957 alteração do Regimento do Conselho de Graduação, em decorrência da minuta
1958 de Resolução que estabelece normas para a análise de estruturas e alterações
1959 curriculares dos cursos de graduação da USP (29.10.14). Minuta de Resolução
1960 preparada pela Secretaria Geral. **José Rogério Cruz e Tucci:** "A questão é
1961 simples. Em primeiro lugar, a alteração do Regimento Geral é uma proposta da
1962 Pró-reitoria de Gradação, em sintonia com a orientação da Reitoria em ampliar
1963 a autonomia das Unidades. Essa proposta amplia a competência das
1964 congregações, exatamente com a proposta da nova redação dos incisos III e IV
1965 do artigo 39 do Regimento Geral. Como os senhores podem observar no
1966 Caderno III, ficam estabelecidas novas regras para análise e aprovação de
1967 alterações na estrutura curricular. Na verdade, a proposta visa a racionalizar o
1968 procedimento de alterações curriculares no âmbito das unidades, ampliando-se
1969 a competência da congregação. E para harmonizar com o Regimento do
1970 Conselho de Graduação, é que no Caderno IV, em consequência da alteração
1971 do artigo 39 do Regimento Geral, sobrevém a proposta da Procuradoria Geral,
1972 no ensejo de emitir o parecer sobre a alteração do Regimento Geral. De forma

1973 que, para haver convergência, a proposta de modificação da redação do artigo
1974 4º do Regimento do Conselho de Graduação. Isso tudo para manter a
1975 coerência. Em resumo, é essa a questão que está em discussão.” **M. Reitor:**
1976 “Estamos transferindo para as congregações, competências que antes estavam
1977 no Conselho de Graduação. Por exemplo, não precisa mais enviar para o
1978 Conselho de Graduação modificação dos projetos pedagógicos dos cursos ou
1979 modificação de nomes de cursos, e coisas dessa ordem. Ninguém querendo se
1980 manifestar com relação a essa questão, poremos os dois pontos em votação,
1981 porque somente se for aprovado por maioria absoluta a alteração do
1982 Regimento Geral – Caderno III -, é que o segundo poderá ser votado –
1983 alteração do Regimento da Graduação e, quem aprova o maior, aprova
1984 também o menor, por isso votaremos os dois. Se não houver voto favorável,
1985 não haverá para os dois.” Ninguém querendo fazer uso da palavra, o M. Reitor
1986 coloca em votação os Cadernos III e IV – Alteração do Regimento geral e
1987 Alteração do Regimento da Graduação, respectivamente. Votação. Pelo painel
1988 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 89 (oitenta e nove) votos; Não
1989 = 0 (zero); Abstenções = 1 (uma); total de votantes = 90 (noventa). São
1990 aprovados os pareceres da CLR, favoráveis à alteração do Regimento Geral e
1991 do Regimento do Conselho de Graduação, em decorrência da minuta de
1992 Resolução que estabelece normas para a análise de estruturas e alterações
1993 curriculares dos cursos de graduação da USP. Em seguida, o M. Reitor passa
1994 à discussão do **CADERNO V – ALTERAÇÃO DO REGIMENTO DA PÓS-**
1995 **GRADUAÇÃO - 1. PROTOCOLADO 2014.5.1354.1.1 – PRÓ-REITORIA DE**
1996 **PÓS-GRADUAÇÃO** - Proposta de alteração do artigo 32 do Regimento de
1997 Pós-Graduação. Ofício da Pró-reitora de Pós-Graduação, Prof.ª Dr.ª Bernadette
1998 Dora Gombossy de Melo Franco, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Ignacio Maria
1999 Poveda Velasco, encaminhando a proposta de alteração dos artigos 31 e 32 do
2000 Regimento de Pós-Graduação, relativos à composição da Comissão de Pós-
2001 Graduação, aprovada, ad referendum do Conselho de Pós-Graduação em
2002 15.08.2014 (15.08.14). **Parecer da PG:** esclarece que, sob o aspecto jurídico, a
2003 minuta merece alguns reparos e propõe nova minuta com sugestão de texto
2004 que preserva a ideia original e observa a Lei Complementar nº 863/99, que
2005 dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.
2006 Encaminha Minuta de Resolução (19.08.14). **Parecer da CLR:** aprova o

2007 parecer do relator, que propõe a seguinte alteração ao § 5º: “Quando o número
2008 de Programas for superior a cinco fica facultado ao Coordenador que for eleito
2009 Presidente da CPG, desligar-se da coordenação de seu respectivo Programa,
2010 permanecendo na função de Presidente da CPG.” (20.08.14). **Texto atual:**
2011 Artigo 32 – A CPG terá um Presidente e seu Suplente eleitos dentre seus
2012 membros. § 1º – O Presidente e seu Suplente deverão ser, no mínimo,
2013 Professores Associados, respeitadas as especificidades das Entidades
2014 Associadas. § 2º – Os Professores Titulares e Associados, por motivo
2015 justificado, poderão ser dispensados da presidência da CPG pela
2016 Congregação, Conselho Deliberativo ou órgão equivalente; neste caso, a
2017 Presidência da CPG poderá ser exercida por Professor Doutor. § 3º – O
2018 mandato do Presidente e de seu Suplente será de dois anos, permitida uma
2019 recondução, excetuados os casos onde ocorrer progressão dentro das
2020 instâncias do Conselho de Pós-Graduação. § 4º – Caberá apenas ao
2021 Presidente da CPG ou ao seu Suplente, nos casos de falta ou impedimento, a
2022 representação no CoPGr e em suas Câmaras. **Texto proposto:** Artigo 32 – A
2023 CPG terá um Presidente e seu Suplente eleitos dentre seus membros. ...
2024 **(mantém parágrafos)** § 5º – Quando o número de Programas for superior a
2025 cinco fica facultado ao Coordenador que for eleito Presidente da CPG, desligar-
2026 se da coordenação de seu respectivo Programa, permanecendo na função de
2027 Presidente da CPG. § 6º - Ocorrendo a hipótese de desligamento prevista no §
2028 5º, deverá ser realizada nova eleição para a Presidência da CCP. Minuta de
2029 Resolução preparada pela Secretaria Geral. Em sessão do Conselho
2030 Universitário de 26 de agosto de 2014, o Magnífico Reitor retirou os autos de
2031 pauta (26.08.14). **José Rogério Cruz e Tucci:** “Referente ao Caderno V. É
2032 uma proposta da Pró-reitoria de Pós-Graduação, de alteração dos artigos 31 e
2033 32 do Regimento de Pós-Graduação. Essa proposta se fundamenta no
2034 significativo aumento de atribuições das comissões coordenadoras de
2035 programas e das CPGs, decorrentes do novo Regimento de Pós-Graduação. A
2036 proposta pretende que seja facultado ao presidente da CPG desligar-se de
2037 suas funções de coordenador de programa, se entender necessário, para bem
2038 desempenhar as suas atividades na função de presidente. Em alguns casos
2039 específicos, há essa sobreposição de funções, de coordenador e de
2040 presidente. Eleito presidente, ele tem a faculdade de declinar da coordenadoria

2041 para poder ter tempo de se dedicar às funções de presidente. A Procuradoria
2042 Geral emitiu parecer favorável e a minuta da Resolução prevê a inserção de
2043 dois parágrafos, 5º e 6º, no artigo 32, exatamente para permitir ao coordenador
2044 que for eleito presidente, desligar-se da coordenação de seu respectivo
2045 programa.” Ninguém querendo fazer uso da palavra, o M. Reitor passa à
2046 votação. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 88
2047 (oitenta e oito) votos, Não = 0 (zero), Abstenções = 0 (zero), total de votantes =
2048 88 (oitenta e oito). É aprovado o parecer da CLR, que propõe a seguinte
2049 alteração ao § 5º: “Quando o número de Programas for superior a cinco fica
2050 facultado ao Coordenador que for eleito Presidente da CPG, desligar-se da
2051 coordenação de seu respectivo Programa, permanecendo na função de
2052 Presidente da CPG.” São retirados de pauta os cadernos VI e VII. **M. Reitor:**
2053 “Retiramos de pauta para a próxima reunião os assuntos subsequentes e
2054 encerramos a reunião. Muito obrigado.” Nada mais havendo a tratar, o Senhor
2055 Presidente dá por encerrada a reunião, às 18h25. Do que, para constar,
2056 eu Ignacio Poveda, Prof. Dr. Ignacio Maria Poveda Velasco,
2057 Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta Ata, que será
2058 examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em que for
2059 discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 18 de novembro de
2060 2014.